



**Mestrado Estudos Sobre as Mulheres: As Mulheres Na Sociedade e Na
Cultura**

Dissertação

Maria Do Rosário De Abreu Pereira Belo Francisco

2018

A “LOUCURA” DAS MULHERES COMO FACTOR DE EXCLUSÃO SOCIAL

✱1

“Ser feminista é ser uma mulher que conquista o direito a viver, pelo seu trabalho, pela sua inteligência e pela sua consciência; tanto faz que essa mulher se acurve ao rude labor manual, como se eleve pela inteligência e se imponha pela energia do carácter.

É feminista a mulher que dirige a sua casa com bom critério, sabe educar os filhos, e compreendendo a sua situação dentro da família, se institui um auxiliar precioso do lar.

É feminista a mulher que compreende quanto é doce o dinheiro ganho com o próprio trabalho e só gasta com prazer aquilo que lhe custou o esforço de seu honesto labor.

É feminista a mulher que olha e recusa com altivez o prazer aparente de uma vida escravizada ao luxo e ao capricho feminino, quer a transacção se negocie hipocritamente à sombra protectora dos códigos e das religiões, quer se realize nos mercados abertos dos prostíbulos.

[...]

Ser feminista é apenas ser justo e ser lógico.”²

Ana de Castro Osório

¹ Neste trabalho não foram seguidas as regras do novo acordo ortográfico. Ao citar, optámos por seguir as citações dos autores.

² Ana de Castro Osório, “Deveres feministas” A Madrugada, N.º 15, 31/10/1912, p. 1, cols 1-3.

Índice

Agradecimentos **pág.4**

Introdução **pág. 5**

Capítulo I - Olympe de Gouges: a revolucionária feminista do século XVIII e a Revolução Francesa de 1789 – Activismo e Direitos Humanos **pág. 10**

Capítulo II - A Violência e a Opressão contra as Mulheres **pág. 22**

Capítulo III - A presumível “Loucura” no Feminino como Factor de Exclusão Social: a causa e o efeito **pág. 29**

Capítulo IV - Dois Casos de Estudo: Maria Adelaide Coelho da Cunha e Rosa Calmon - a clausura e a discriminação como instrumento de poder e controle
Pág. 36

Capítulo V- O que os Médicos Psiquiatras Observam e Fundamentam para atestar a “loucura” no feminino: finais do século XIX e início do XX **pág. 56**

Capítulo VI - Um processo de divórcio camuflado sob uma suposta “loucura”: Maria Adelaide vítima de exclusão social **pág. 59**

Capítulo VII- Rosa Calmon vítima de Exclusão Social : a Subjugação ao poder paternal **pág. 62**

Considerações finais **pág. 67**

Bibliografia **pág. 71-73**

Agradecimentos

Antes de mais pretendo agradecer a Deus, pelo dom da vida, uma vez que de outra forma este projecto seria impossível. Um reconhecimento muito especial a todos os Professores que contribuíram com a sua sabedoria e ensinamentos para o nosso conhecimento, a todos, sem excepção, o nosso eterno agradecimento. À minha filha, pela paciência e pela partilha de bons e maus momentos durante este percurso. Um agradecimento muito especial sentido ao Professor Manuel Lisboa que, desde o primeiro momento em que propus o tema, me desafiou a investigar a questão de “loucura como factor de exclusão social feminina”. É imperioso reconhecer a simpatia, generosidade e ajuda da minha querida Professora Isabel de Jesus, bem como do Professor João Esteves, que sempre se mostraram disponíveis e cujos conselhos foram imprescindíveis a quem agradecemos do coração. Uma vida é insuficiente para agradecer à minha orientadora, a querida e estimada Professora Zília Osório de Castro pela sua inesgotável sabedoria, pela paciência e pela generosidade em aceitar partilhar comigo esta missão. Devo-lhe um eterno reconhecimento pela orientação deste projecto, o meu muito obrigado!

Finalmente agradeço às mulheres de grande coragem que ousaram desafiar as regras do poder patriarcal, lutando pelos seus direitos e, assim, pela emancipação feminina. Iniciaram a luta, cabe agora às gerações que lhes sucederam estar atentas, vigiar, certificar-se para que os direitos conquistados não sejam anulados, e por fim possamos atingir um padrão de Igualdade de Direitos para todos os seres humanos.

Introdução

A presente Dissertação de Mestrado tem como objectivo a obtenção do grau de Mestre com a especialização académica em Estudo *Sobre as Mulheres: As Mulheres Na Sociedade e Na Cultura*. A História das Mulheres é uma área científica que vem suscitando o interesse dos que investigam temáticas de direitos de género.

Seleccionamos como objecto de estudo para elaborar o nosso trabalho um tema pertinente: *A “Loucura” das mulheres como factor de exclusão social*. A “loucura”, os comportamentos atípicos femininos assinalados como uma perturbação mental, indicador de conturbação da ordem social e por consequência motivo de reclusão e exclusão do espaço público, legitimado pela classe médica. Note-se que estamos a analisar os contextos culturais no início do século XX quando se verificava grande assimetria nos papéis de género e os direitos femininos eram negados. Contrariar as regras instituídas pelos homens significava perturbar o exercício de poder masculino, tendo como consequência para a mulher a sua “domesticação” e reclusão em instituições hospitalares na ala de psiquiatria para “vigiar e punir” as “loucas”.

Culturalmente, e ao longo de séculos, a educação da mulher fora formatada para ser obediente e submissa à figura masculina, um valor civilizacional que se foi perpetuando ao longo de milénios marginalizando a personalidade feminina. O conservadorismo e a tradição ensinaram à mulher a acatar passivamente as regras do patriarcado sem questionar ou rebelar-se contra os costumes que a diminuía enquanto pessoa e par do homem. Anulou-se enquanto ser humano, delegando no homem a autoridade para que este decidisse a vida por si, pese embora o seu espaço no clã estar afecto a um papel de extrema importância, a maternidade. Todavia esse dom de gerar uma nova vida não impediu que o seu lugar se restringisse apenas e só ao domínio do privado. Estabeleceram-se relações de poder entre os dois géneros, sendo certo que a balança ficou em desequilíbrio pendendo favoravelmente para o lado masculino e em desfavor da mulher.

Sem direitos, e aos olhos da lei caracterizada como dependente ou menor, logo sem personalidade jurídica, a mulher, não tinha autoridade para pensar por si, sem permissão para decidir a sua vida, ou gerir o seu património. Em suma a sua vida estava sob o

domínio de uma figura masculina, o seu tutor. A organização das sociedades era construída de acordo com as regras do patriarcado, cujas leis determinavam e contemplavam somente o homem. Os critérios que estipulavam as regras sociais e políticas eram seleccionados segundo o benefício aportado ao homem, eram também uma demonstração da sua autoridade junto dos outros membros do clã. A mulher era educada para funções menores, no domínio do privado onde a sua importância pouco contava, menosprezada, marginalizada. Tenha-se presente que os enunciados valores culturais perpetuaram-se no tempo, sendo certo que em determinados períodos com a convivência feminina. Em primeira instância por falta de conhecimento, e sem outra realidade para poder comparar aceitou as normas. O analfabetismo foi igualmente um factor incapacitante para o género feminino. Acerca da questão da iliteracia em Portugal recuperamos o entendimento de Alice Pestana, mais conhecida como Caïel, a escritora escreveu um artigo em 1900, *Comentários à vida*³, no qual relata hábitos e cultura dos portugueses. Assim, refere a escritora

Publicou-se ha pouco o último censo da população do reino. Pelo que respeita à instrução os numeros são pavorosos. Deante d'esta cruel evidencia não póde restar-nos a menor ilusão , a menor veleidade. Somos, de direito , o paiz bárbaro da Europa .em 5.049:729 habitantes , há 4.000:957 que não sabem ler. Tirando pouco mais de um quinto da sua população, Portugal é um pai de analfabetos. ⁴

O mesmo entendimento tinha Ana de Castro Osório, e Carolina Michaëlis, tal como tantas “outras mulheres da mesma época”. Osório na sua obra *Às mulheres Portuguesas* (1905), faz uma constatação pertinente “a triste verdade a confessar, e que é muito para meditar é que do milhão de portuguêsês que sabem ler e escrever a sua língua, apenas um terço são mulheres!” ⁵

A religião, sobretudo a Católica, detinha uma influência notável junto das mulheres, cuja doutrina lhes exigia uma submissão total ao homem como autoridade máxima e finalmente consideramos a resignação e o sofrimento, tomando como exemplo o sofrimento de Cristo na cruz como factor condicionante da sua emancipação. A estes

³ Alice Pestana, *Comentários à vida*, Parceria António Maria Pereira, 1900.

⁴ Citação retirada de Maria Regina Tavares da Silva, *Feminismo Em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992, pp.50-51.

⁵ Citação retirada de Maria Regina Tavares da Silva, *Feminismo Em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992, p.51.

junta-se a indiferença pessoal e de classe, como muito bem descreveu Ana de Castro Osório no ano de 1905 fazendo referência a esta permissividade cultural

As mulheres conservam-se entre nós numa indiferença quase total pelas conquistas que dia a dia vão marcando um passo de avanço para o triunfo definitivo do espírito sobre a matéria, da inteligência sobre a força, da educação sobre a ignorância, embora doiradas pela fortuna ou pelos privilégios de classe. ⁶

Sem direitos, sem o poder de fazer ouvir a sua voz, a mulher permaneceu silenciada negando para si e para o mundo a sua existência, subjugada ao desígnio de “escrava” do seu par caminhou no silêncio e sem meios com os quais pudesse prover à sua independência económica. Perante a lei a mulher tinha o estatuto de menor, colocando-a numa posição de inferioridade, subalternidade e total dependência da figura masculina com poder decisivo sobre a sua vida. Ao longo de séculos a estrutura do poder patriarcal (*pater familiae*) foi eficaz na construção de regras de domínio sobre o sexo feminino. Sendo certo, como atrás já foi referido, a Igreja contribuiu e fomentou objectivamente a perpetuação dessas políticas sociais. “A Igreja refugiou-se na ordem moral e no controlo dos comportamentos e consciências dos seus fiéis” defende Ernesto Candeias Martins na sua obra *Crianças “sem” a sua Infância História Social da Infância: Acolher/ Assistir E Reprimir / Reeducar*⁷, uma tese de investigação que retracta as questões de direitos sociais e políticos de mulheres e crianças. E, fazendo fé que esse era o dever e requisito da mulher, esta permitiu, acatou e mimetizou práticas masculinas nas gerações que lhe sucederam. Ou seja a mulher acabou por também reproduzir comportamentos masculinos. Foi-se criando um estereótipo moral e social proveniente de políticas delineadas pela estrutura masculina e aplicadas através de práticas representativas de educação, de doutrina cristã e de tradições sociais.

As mulheres não tinham independência necessitavam do consentimento de uma figura masculina para decidir as suas vidas, inclusive para educar os filhos. Não podiam sair do país, viajar sem acompanhante feminino ou masculino era algo impensável, candidatar-se a um posto de trabalho, ofício ou abrir um estabelecimento comercial era outro problema para as mulheres. Em questões de património a situação era igualmente difícil, tornar-se herdeira colocava questões jurídicas, já que a lei as impedia de gerir o seu

⁶ Citação retirada de Maria Regina Tavares da Silva, *Feminismo Em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992, p. 43.

⁷ Ernesto Candeias Martins, *Crianças “sem” a sua Infância História Social da Infância: Acolher/ Assistir E Reprimir / Reeducar*, Lisboa, Editorial Cáritas, 2016.

património. Uma vez mais ficava na dependência do homem que por vezes fazia uma gestão deficiente dos bens da mulher colocando-a numa situação ainda mais frágil. A lei foi concebida em proveito do homem, ignorando a mulher que penalizava de forma mais severa se comparada com o que sucedia com o masculino. O Código Civil compreendia a mulher como menor tal como acontecia com as crianças e assim sendo a lei determinava que lhe deveria ser atribuído um tutor que dotado de poder legitimado pela lei poderia dispor da vida feminina segundo o seu entendimento. Sem voz e sem autoridade para intervir nas decisões masculinas, a mulher durante séculos resignou-se vivendo de acordo com as regras do patriarcado.

A educação feminina era outro problema já que se centrava essencialmente no papel da maternidade, em ser uma esposa modelo e boa dona de casa. A maternidade era portanto o pilar do casamento e enquanto educadora transmitia os mesmos valores culturais, incluindo os tabus das suas antepassadas. Todavia as famílias mais abastadas podiam dar às suas filhas uma educação mais esmerada, lições de línguas, piano e pouco mais. Instruir a mulher não era uma prioridade como tal era negligente e superficial. A economia e a gestão do lar era disciplina obrigatória para o género feminino tal como as lições de labores e manualidades. Isto em contexto urbano, as probabilidades de as meninas frequentarem uma escola era maior. Nos meios rurais as prioridades eram outras, a subsistência vinha em primeiro lugar, onde todos os membros do agregado familiar eram indispensáveis para contribuírem para o orçamento familiar. Ainda assim os rapazes podiam frequentar a escola, poucos eram os casos em que as raparigas o podiam fazer. E, em casos muito pontuais algumas conseguiam frequentar o ensino somente para obter o diploma da terceira classe. Nas zonas rurais a terceira classe era o único grau permitido pelas famílias. Registamos o pensamento de Maria Amália Vaz de Carvalho que descreve objectivamente esta temática

Se a educação das mulheres póde ser considerada como erradíssima e funesta nos seus resultados, não é em virtude das mulheres receberem uma instrução muito inferior àquella que os homens recebem, é porque não se tem pensado devidamente em as preparar, dando-lhes fortes noções moraes, para os seus laboriosos deveres de mães, de esposas, de donas de casa, de educadoras da primeira infância.⁸

⁸ Citação utilizada por Maria Regina Tavares da Silva, na obra *Feminismo Em Portugal na voz de Mulheres escritoras do início do séc. XX*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992,p. 54.

Compreende-se portanto, que a “educação das mulheres é um tema constante e uma preocupação reiteradamente expressa pelas feministas portuguesas”⁹ Segundo Regina Tavares da Silva

O estatuto de ignorância das mulheres é a base reconhecida e confessa de todos os males. Pior que a ausência de direitos cívicos ou políticos, pior que a independência económica, é a ignorância total da mulher, a total inércia intelectual e a total dependência que daí resulta. A par do analfabetismo literal das classes inferiores e, por vezes, não apenas destas, refere-se o analfabetismo cultural e intelectual das classes superiores, resultado de uma educação errada e deformada que, desde a infância, é ministrada à mulher.¹⁰

Mais salienta a escritora Carolina Michaëlis de Vasconcelos

As mulheres submetem-se, sem protesto sensível, à tradição secular de inferioridade na cultura, na preparação para as lutas da vida, e até no tratamento de assalariadas em confronto com os seus companheiros masculinos.¹¹

Em 1902, Carolina Michaëlis, num artigo intitulado “O movimento feminista em Portugal” publicado no jornal *O Primeiro de Janeiro* havia referido a questão feminista como “o feminismo é acima de tudo uma questão de instrução e de educação”¹², constituindo “o grande obstáculo,[...] no entanto, o atraso cultural, a ignorância, o analfabetismo das mulheres”¹³

O caminho está pois nitidamente traçado: fundar escolas, libertar as futuras gerações femininas da ignorância e da superstição, de preconceitos mesquinhos e de prevenções dogmaticamente incutidas, pregar-lhes o evangelho do trabalho.¹⁴

A educação foi pois o tema fulcral das correntes feministas, para que a mulher se pudesse instruir eficientemente e conquistar o seu lugar na sociedade. Sem instrução e sem formação académica, o ser humano não tem ferramentas para progredir na vida. Ou para se defender de abusos e violações e salvaguardar os seus direitos. Acreditamos que todo o individuo deveria ter acesso à instrução, independentemente de género, religião ou nacionalidade. As Nações têm o dever de criar condições às populações para que possam frequentar o ensino e por consequência obter uma formação numa área à sua escolha e,

⁹ Carolina Michaëlis de Vasconcelos, In Maria Regina Tavares da Silva, *Feminismo Em Portugal* na voz de Mulheres escritoras do início do séc. XX, Lisboa, 1992, p. 48.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 48.

¹¹ Carolina Michaëlis de Vasconcelos citada por Maria Regina Tavares da Silva, *Feminismo Em Portugal* na voz de Mulheres escritoras do início do séc. XX, Lisboa, 1992, p. 48.

¹² Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “o movimento feminista em Portugal” in *O Primeiro de Janeiro*, 11,12,13,14,16 e 18 /9/1902. Citação referida por Maria Regina Tavares da Silva, ob. Cit., p. 49.

¹³ Maria Regina Tavares da Silva, op.cit., p.49.

¹⁴ Carolina Michaëlis de Vasconcelos “*O Movimento feminista em Portugal*”, in *o Primeiro de Janeiro*, 11,12,13,14,16 e 18/9/1902. Citação referida por Maria Regina Tavares da Silva, ob. Cit., p. 49.

desta forma poder viver livres e, com qualidade de vida. Como refere Maria Regina Tavares da Silva “A educação que manteve a longa submissão das mulheres é também o meio ideal para a vencer”¹⁵

A educação-veículo para a manutenção de estereótipos, de papéis e imagens tradicionais para a mulher, a educação-moldagem a um ideal é agora substituída pela educação-veículo de transmissão de novos papéis e novas imagens e meio de libertação desse falso ideal ¹⁶

Já aqui fizemos referência ao livro de Caiel, *Comentários à vida*, no qual registou a condição da mulher portuguesa e defendeu a instrução feminina. Tese semelhante defendeu Ana de Castro Osório na sua obra *Às Mulheres Portuguesas*, um livro de referência para os Estudos Feministas e onde apelou ao bom senso masculino, sugerindo o fim da discriminação contra as mulheres a época moderna que se vivia exigia a igualdade dos dois géneros sem prejuízo do outro.

Porventura é isso novidade para alguém? Julgaram os homens, por acaso – tamanha será a sua ingenuidade ?! – que podiam em vão dispor de metade da humanidade, reduzi-la ao papel farfalhado de deusa do lar, nuvem, anjo,,demónio e todas quantas mais banalidades se têm dito e escripto há seculos, e dizer-lhe: - fica ahí! o teu destino é agradar-me ou servir-me, conforme o meu capricho de senhor!? ¹⁷

A finalizar esta sucinta reflexão ressaltar que a educação feminina seria o seu passaporte, ou “carta de alforria”,um meio para alcançar um novo estatuto cívico e político e pôr termo à sua condição de menor. Como refere Maria Regina Tavares da Silva

Educação como primeiro passo para a criação de um novo estatuto para a mulher, com expressão legal e social. Um estatuto feito de novos direitos cívicos, políticos e económicos com a tradução na família, na sociedade e na relação individual. Este novo estatuto fará da mulher, não mais a menor, a eterna criança, a dependente, mas a nova mulher, a verdadeira mulher que o feminismo anuncia. ¹⁸

Capítulo I. Olympe de Gouges: a revolucionária feminista do século XVIII e a Revolução Francesa de 1789 – Activismo e Direitos Humanos

No capítulo anterior, fizemos referência à educação da mulher em Portugal em finais do século XIX e inícios do XX, quando a taxa de analfabetismo era elevada. A Igreja detinha uma grande influência junto da população, nomeadamente das mulheres. O poder

¹⁵ Maria Regina Tavares da Silva, op.cit, p.55.

¹⁶ Idem, ibidem p.55.

¹⁷ Citação referida por Maria Regina Tavares da Silva em feminismo Em Portugal na voz de Mulheres escritoras do início do séc.XX, Lisboa, Comissão para os Direitos das Mulheres, 1992,p.57.

¹⁸ Maria Regina Tavares da Silva, op.cit, p. 59.

económico e político das Ordens Religiosas e dos Jesuítas era notório na sociedade portuguesa. As casas reais, em certa medida, dependiam também dos conselhos do Clero, e Reis e Rainhas tinham o seu confessor particular, que, em conjunto, estabeleciam alianças entre casas monárquicas e saíam beneficiados com os acordos diplomáticos. É conhecido o poder e o lugar privilegiado que o cristianismo e as Ordens Religiosas no Ocidente efectivamente conquistaram junto de monarcas e da sociedade em geral. A ruptura deu-se com a queda do Antigo Regime resultando novos paradigmas legitimados pela instauração da República.

Os republicanos focaram a sua atenção no sujeito-objecto sócio-político deixando para trás os ideais do passado centrados no divino. De salientar que em alguns países a transição de regime político foi mais ao menos rápida, enquanto noutros ela tardou.

França foi exemplo no que respeita à queda do Antigo Regime. A Revolução Francesa é um marco fundamental na História da Humanidade e serviu de exemplo para outras Nações. A partir dela ficaram reunidas condições para instaurar a República. As mulheres participaram activamente na insurreição e lideraram alguns motins, possibilitando-lhes conquistar notoriedade. Foi um momento de ouvir também a voz feminina reivindicando, ao lado do homem, direitos cívicos e políticos. Contudo, a expectativa ficou aquém do esperado e a vida do povo; e das mulheres em particular, pouco se alterou.

As ideias iluministas que se foram desenvolvendo cativaram adeptos de áreas diversas, nomeadamente dos mais instruídos que exigiram a criação de uma nova forma de Governo. Todavia, o iluminismo é também a base para a proclamação de direitos fundamentados pelo uso da razão. Contudo, cedo a população percebeu que nem sempre uma mudança de regime acarreta mudanças positivas. Havia ainda que alterar e delimitar o poder da Igreja, um processo de secularização construtor de uma estrutura social mais equivalente e com novos programas políticos. O poder e o conhecimento deixariam de estar concentrados num grupo restrito da sociedade, fazendo a transição com a inclusão do cidadão comum com base em provas de qualificação. O contexto em que ocorreu a Revolução Francesa é complexo e longo. Limitar-nos-emos à problemática de direitos cívicos e políticos dos cidadãos e, mais concretamente à das mulheres.

A França, à semelhança de parte das Nações europeias, vivia oprimida pelas questões políticas, pelo entorpecimento da população, pela miséria social e económica. A Inglaterra, os Estados Unidos e a França, em finais do século XVIII, assistiram ao

desenvolvimento de correntes feministas. Eram movimentos associativos de mulheres e de homens, que em conjunto, partilham ideias progressistas do iluminismo, tendo por base a razão lutavam contra a opressão feminina, reivindicaram igualdade de direitos e oportunidades.¹⁹

O poder que os homens exercem sobre as mulheres em todo o lado, poder esse que se tornou modelo de todas as outras formas de exploração e de controlo ilegítimo.²⁰

A sociedade dita “nova” optaria por pôr cobro aos abusos dos regimes opressores e a propaganda política ostentaria “novas bandeiras” reivindicando liberdade e igualdade de direitos. De reter três datas importantes: o ano de 1689 quando é divulgada *A Bill of Rights*, um documento inglês que deriva da “gloriosa revolução”; 1776 com a Constituição da *Virginia*, que surgiu após a revolução americana e modificou “o estado das coisas”. E, 1789, quando a *Revolução Francesa* apresenta a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.²¹ Reproduzimos o Artigo Primeiro da declaração de 26 de agosto de 1789

Os homens nascem livres e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais apenas podem ser fundadas sobre a utilidade do homem.

Expomos, agora algumas considerações sobre a declaração mencionada, analisando alguns tópicos que originou a revolta feminina²² após constatarem que eram ignoradas como membros da sociedade ;uma vez que o conceito de cidadão era somente para o homem e com património passível de tributação, as mulheres continuariam como menores.

Marginalizadas organizaram-se para lutar pelos seus direitos em “múltiplas frentes ao mesmo tempo”, as mulheres estiveram presentes nos motins de rua. Adrienne Rich defende uma teoria interessante e que incluímos neste capítulo por reflectir a história do feminino

Um obstáculo cultural sério encontrado por qualquer autora feminista é cada obra feminista ter tendido na ser recebida como se emergisse do nada; como se cada

¹⁹ Sophie Mousset , Olympe de Gouges et les Droits de la femme, paris ,Éditions du Félin 2007.

²⁰ Frase de Adrienne Rich citada por Ana Gabriela Macedo, *Género, Identidade e Desejo. Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cotovia, 2002, p. 21.

²¹ *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* aprovada pela Assembleia Nacional em 26 de Agosto de 1789, é composta de 17 artigos, os mesmos que integram o preâmbulo da *Constituição* de 1791, monárquico-constitucional. Posteriormente alargados para 35 na *Declaração dos Direitos da Constituição* de 1793, republicana-radical.

²² Veja-se Sophie Mousset , Olympe de Gouges et les Droits de la femme, paris ,Éditions du Félin 2007.

uma de nós vivesse, pensasse e trabalhasse sem qualquer passado histórico ou presente contextual. Esta é uma das formas utilizadas para fazer parecer as obras de mulheres algo esporádico, errante, órfão de qualquer tradição própria.”²³

A tese de Rich é, em nosso entender, uma reflexão pertinente, já que cada mulher tem a sua história, uma bagagem muito própria. Efectivamente, feministas e autoras femininas têm um passado, uma percepção muito particular da qual subtraem a sua história e que lhe serve de “bagagem” a sua construção pessoal e social. Uma adição para compor uma literatura rica e importante seja autobiográfica ou com base na ficção. Tivemos a oportunidade de constatar esse facto em alguns relatos autobiográficos sobre a vida de algumas escritoras estudadas e que constam nesse trabalho. A sua história de vida como activistas assenta num passado controverso, a sua intervenção na sociedade e na política parte da ausência de direitos, de discriminações e nalgumas delas enquanto excluídas da comunidade. Corroborando a ideia de que as mulheres foram forçadas a lutar em várias frentes e em simultâneo, a título individual por todas as outras mulheres. Analisemos o caso de Olympe de Gouges que, por experiência lidou com a rejeição, a discriminação e a exclusão do meio social. Activista convicta, mergulhou de corpo e alma na Revolução Francesa e lutou ao lado dos homens convencida que poderia conquistar alguns direitos para as mulheres e, talvez até compartilhar o poder.

Muito se lhes prometeu e pouco se lhes deu é óbvio. Apesar de a Constituição de 1791 lhes recusar a maioridade política, garantindo-lhes apenas a igualdade no casamento e no divórcio, mantiveram-se implacavelmente activas [...]”²⁴

Todavia, após se instalarem na cadeira do poder, os revolucionários passaram a reproduzir o despotismo do Antigo Regime. Muito se esperou da nova assembleia de governantes, porém a realidade demonstrou a perversidade do poder que seduz o homem e a “Era do Terror”²⁵ rapidamente seduziu adeptos e fez uma percentagem elevada de vítimas de ambos os sexos. Nem mesmo Olympe de Gouges ficou impune no período do Terror, pese embora o seu contributo para eleger os dirigentes.

²³ Adrienne Rich citada por Elisabeth Schüssler Fiorenza in Ana Gabriela Macedo, *Género, Identidade e Desejo. Antologia do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cotovia, 2002, p. 161.

²⁴ Viriato Soromenho Marques. *Direitos Humanos e Revolução*, Lisboa, Edições Colibri, 1991, p.64.

²⁵ Entrada Terror na obra citada de Viriato Seromenho Marques. O autor conceptualiza o Terror – Da mesma maneira que talvez fosse mais adequado falar de Revoluções em vez de Revolução – mais do que Terror há Terrores. De entre todos, o de mais vastas proporções é que se instala a partir da aprovação da Lei **de Prairial**, em 10 de Junho de 1794. Mas não se pode esquecer o Terror Branco, após a queda de Robespierre e, mais tarde, o novo Terror anticlerical que se seguiu ao golpe de Estado de Frutidor, em Junho de 1797.

Olympe de Gouges elaborou em 1791, um texto, a *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne*. Segundo o entendimento de Gabriella Bonacchi, com o qual concordamos, é um texto magnífico, e uma importante fonte para as Academias. Bonacchi e Angela Groppi editaram uma obra intitulada *O Dilema da Cidadania* expondo essa opinião e que aqui citamos

Este texto é um verdadeiro documento histórico. [...] Ele atesta de fato uma hermenêutica em estado nascente e as ambiguidades presentes na sua própria estreia: um sujeito novo- uma mulher que pensa e escreve como tal-que se constitui atestando e, ao mesmo tempo, contestando o mundo que o exprime e que ele exprime. ²⁶

A literatura esteve sempre associada aos homens, se uma mulher arriscasse no mundo das letras não era levada a sério ou então, a sua escrita era desvalorizada como “coisa de mulher” significado equivalente a matéria sem conteúdo científico. No entanto tem-se vindo a verificar que os ensaios femininos são um excelente contributo para compreender a história das mulheres, assim como a sociedade na qual está inserida. Nesta linha de pensamento registamos alguns pontos importantes da *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne*, da autoria de Olympe de Gouges. Primeiramente, no Artigo III, a autora faz saber que a soberania da Nação reside essencialmente na união da mulher e do homem, uma reflexão inovadora em comparação com a *Déclaration des Droits de L’Homme et du Citoyen*, datada de 1789, “la Révolution française a proclamé les Droits «universel» de l’homme et du Citoyen, , mais a laissé les femmes aux portes de la cité ” . ²⁷ Em segundo lugar, o Artigo II negava qualquer primazia ou discriminação de género “le but de toute association politique est la conservation des droits naturels et imprescriptibles de la femme et de l’homme:ces drots sont la liberté, la propriété, la sûreté et surtout la résistance à l’oppression”²⁸. E seguindo com a exposição, o Artigo IV esclarecia que a liberdade estava subjacente ao direito e à justiça, entroncam um no outro e no conjunto são “o exercício dos direitos naturais da mulher” e com o propósito de a libertar da “tirania do homem.” De Gouges defendia um contracto social, conceitos como a Igualdade, a Liberdade e a Justiça mereciam todo o seu empenho como activista e segundo ela o conceito de “liberdade” estava ligado à justiça tal como fez questão de o

²⁶ Gabriella Bonacchi e Angela Groppi . *O Dilema da Cidadania Direitos e Deveres das Mulheres*, São Paulo, Editora UNESP, 1993, p. 33.

²⁷ Martine Fournier , “Deux siècles de luttes féministes in Histoires de Pionnières sous la direction de Martine Fournier , Auxerre Cedex, Édition Sciences Humaines, 2018 ,p. 182.

²⁸ Sophie Mousset , *Olympe de Gouges Et Les Droits de la Femme* , Paris, Le Félin-Kiron, 2007 , p. 88.

registar no artigo IV citado atrás. De salientar que encontramos o mesmo entendimento em *O Dilema da Cidadania Direitos e Deveres das Mulheres*, de Gabriella Bonacchi

Igualdade e equiparação é a norma central do direito fundamental que acompanha desde os seus exórdios a luta pela emancipação das mulheres.²⁹

Olympe de Gouges reivindicou direitos cívicos e políticos para as mulheres, todavia esses mesmos direitos também beneficiavam os homens, assim como outras minorias. A sua propaganda política, avançada para a época, bem como a declaração que compôs são a prova de inteligência e de humanismo. Repudiava todo o tipo de violência, e os agressores não lhe inspiravam qualquer confiança, já que condenava actos de repressão e de barbárie. Pelo seu empenho na defesa humana foi severamente criticada e punida, revolucionária “avant-garde”, não se deixou intimidar. Nem mesmo o despotismo de Robespierre, contra quem publicamente teceu duras críticas à sua conduta e ao seu modelo de governação. O período do Terror em França é um marco na história francesa em que os opositores pereciam: nesta época as manifestações acalmaram um pouco devido ao medo da guilhotina. Figuras ilustres morreram devido às suas opiniões contrárias ao regime, as represálias eram sucessivas e mesmo os defensores dos direitos das mulheres foram comedidos ou, então, relegaram para segundo plano a luta. De Gouges foi uma visionária, com bom senso e uma excelente visão política. É inegável a sua inteligência. E os seus panfletos provam-no.

Foi a primeira mulher a propor um programa político importante com medidas sociais públicas. Registamos os mais relevantes: primeiramente, propôs a criação de casas para acolher os idosos; centros de ocupação para os filhos de operários; ateliês para desempregados (esta ideia foi retomada e aprovada em 1848 sob a designação *D’Ateliers Nationaux*), casas de acolhimento para viúvas e órfãos. Sugeriu a criação de tribunais populares para julgar matéria criminal. Chamou à atenção para questões de saúde pública, sugerindo a construção de saneamento público, sobretudo em instalações hospitalares e maternidades. Como é do conhecimento geral as condições de higiene nessa época eram bastante deficiente. Para financiar estas medidas eram necessários fundos monetários e para isso, lançou a ideia de criar um imposto sobre produtos de luxo. O valor arrecadado serviria para financiar uma “Caisse Patriotique”. Levou à discussão a lei do divórcio, que viria a ser aprovada dois anos mais tarde. Os filhos ilegítimos mereceram a sua atenção e

²⁹ Gabriella Bonacchi, *O Dilema da Cidadania Direitos e Deveres das Mulheres*, São Paulo, Editora UNESP, 1993, p. 57.

foi, igualmente, um tema polémico, assim como as perseguições religiosas e ainda a abolição da escravatura.

No entanto, a matéria mais grave que ditou a sua execução foi a criação das “Trois-Urnes”. Os governantes não perdoaram por a considerar uma ameaça contra a Nação francesa, matéria “contre-révolutionnaire”. Por consistir, num escrutínio composto por três Urnas: a primeira, para a monarquia, a segunda, para eleger um governo federal e uma terceira destinada à eleição de um governo republicano. O processo eleitoral passaria pelo sufrágio universal, tendo Olympe apelado a todos os franceses para que fossem votar e escolher a solução que mais conveniente. O seu atrevimento teve como consequência a instauração de um processo criminal, foi decretada a sua prisão e julgada. Finalmente, foi-lhe aplicada a pena mais cruel de todas - a pena de morte - e, desse modo, no dia 2 de Novembro de 1793, Olympe de Gouges morreu na guilhotina.

De ressaltar que no ano de 1789 a Nação Francesa havia sido decretada como “Une et Indivisible”, portanto a proposta de lei de De Gouges colidia com o decreto de 1789, tendo os apoiantes de Robespierre avaliado como um crime de lesa pátria. As reivindicações para as mulheres não tiveram neste processo qualquer fundamento para matéria criminal, nem os jurados se interessaram por elas. Contudo, importa recordar que antes de perecer na guilhotina Olympe de Gouges foi discriminada, marginalizada e ridicularizada em praça pública. O seu activismo político em prol da causa feminina valeu-lhe a vandalização da sua habitação, bem como do seu escritório. Foi, ainda, detida por diversas vezes e os seus bens confiscados ilegalmente, de forma a delapidar parte do seu património. Todavia, pese embora estas fatalidades, não desistiu dos seus ideais e pelo contrário, aumentou ainda mais a sua vontade de agir e lutar pela causa das mulheres. A sua persistência foi igualmente a sua sentença de morte, sendo presente a tribunal sem a presença de um advogado de defesa, afastado sob ameaça. Analisando o caso em particular podemos constatar que se trata de uma violação de direitos, expressos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão 1789³⁰, Artigo n.º 8, que clarifica que “A lei deve estabelecer somente penas estritas e evidentemente necessárias, e ninguém pode ser punido a não ser em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito, e legalmente aplicada”. E ainda o Artg. n.º 9 “Sendo presumida a inocência de qualquer homem até que ele seja declarado culpado, se é considerado

³⁰ Viriato Soromenho Marques. *Direitos Humanos e Revolução*, Lisboa, Edições Colibri 1991, pp. 101-109.

indispensável detê-lo, deve ser severamente reprimido pela lei todo o rigor que não seja necessário para se apoderar da sua pessoa.” Estes dois artigos foram ratificados em 24 de Junho de 1793. O Artigo n.º 10 refere que “ *Ninguém deve ser acusado, preso ou detido, senão de acordo com os casos determinados pela lei e segundo as formas por ela prescritas. Qualquer cidadão convocado ou detido pela autoridade da lei deve obedecer imediatamente; ele torna-se culpado pela resistência.*” Por sua vez, o Artigo n.º 15 estabelece que “ *A lei deve estipular somente penas estritas e evidentemente necessárias: as penas devem ser proporcionais ao delito e úteis para a sociedade.*”

Segundo a historiografia contemporânea, Olympe de Gouges não resistiu à ordem de prisão e a pena que lhe foi aplicada não teve utilidade para a sociedade, excepto aumentar o terror junto da população. De acordo com o seu biógrafo, Olivier Blanc³¹, ela foi condenada sem um advogado presente e o estado físico e mental era bastante debilitado, sendo “*victime d’une cabale*”. Olympe de Gouges foi apelidada de “libertina, louca, histérica e de bruxa”, situação semelhante a outras mulheres que ousaram denunciar a opressão e as regras do patriarcado. Discriminadas, marginalizadas e, em alguns casos até excluídas do meio social. E, como pena máxima, o vexame público de passar por um processo de interdição complementado com violência física e psicológica. A misoginia era constante na sociedade civil, bem como no mundo das artes, no meio literário e, ainda no político, nomeadamente sobre mulheres mais audazes, cujos padrões ditos “normais” eram questionados e julgados de forma severa. Inconformadas com a opressão masculina, sobrelevaram-se e revoltaram-se para conquistar o seu lugar na sociedade civil e política. Os censores não as perdoaram, aplicando-lhes penas exemplares para dissuadir potenciais imitadoras: Olympe passou por esta experiência. Falamos numa época em que os castigos corporais eram muito frequentes. Havia uma forma de ficar a salvo de sevícias retractarem-se publicamente. Em caso de prisão poder-se-ia contar com tortura, ou até mesmo, a morte.

Olympe de Gouges lutou por uma “*democratie représentative*”, as suas ideias progressistas incomodaram, a ganância pelo poder era um apelo muito sedutor, reproduzido pelo despotismo outrora condenado. Registamos o entendimento de Sophie-Mousset que traduz esse pensamento

³¹ Olivier Blanc historiador e biógrafo de *Marie-Olympe De Gouges, une humaniste à la fin du XVIII^e siècle*, Paris, Éditions René Viénet, 2003.

Comme Flora Tristan et Louise Michel, elle ne lute pas seulement pour les Droits des femmes, mais aussi contre l'esclavage des noirs, pour les Droits des orphelins, des vieillards, des ouvriers sans travail, des pauvres. Enfin, pour la démocratie représentative contestée ponctuellement par le despotisme et la Terreur montagnarde.³²

Olympe de Gouges, tal como outras suas contemporâneas suas, marca o início de correntes feministas. Tem sido um processo longo e penoso, todavia é uma herança insubstituível já que somos herdeiros do passado. Segundo as palavras de Alexander Herzen, citado por Hanna Arendt

o desenvolvimento humano é uma espécie de injustiça cronológica, uma vez que os últimos a chegar podem beneficiar do trabalho dos que os antecederam sem terem de pagar o mesmo preço.³³

Ou, nas palavras de Kant,

será sempre desconcertante...que as gerações anteriores pareçam ter de carregar o seu pesado fardo apenas para benefício das seguintes...e que só estas últimas devam ter a boa sorte de habitar o edifício[acabado].³⁴

A nossa reflexão sobre Olympe não podia terminar sem, antes citar a própria: “une femme n’a que de faibles armes, mais elle ne doit jamais se laisser humilier”³⁵.

Já aqui fizemos referência à elevada taxa de analfabetismo em Portugal, porém não era caso único, já que a situação em França no século estudado era semelhante. As mulheres francesas eram igualmente iletradas, aprendiam somente a ler e escrever o mais básico. Segundo Olivier Blanc, treze em cada vinte raparigas eram analfabetas, apenas sabiam algumas letras básicas de forma a poderem assinar o nome no momento do casamento religioso³⁶. Instruir o género feminino não era importante, pois o conhecimento traz poder. Muitas profissões estavam interditas às mulheres, e para desempenhar as de menor relevância não necessitavam de grande literacia. A feminização de algumas profissões desde a antiguidade limitou a evolução das mulheres, e o seu estatuto de menor contribuiu ainda mais para atrasar esse processo.

Para se imporem no mundo das letras as mulheres eram forçadas a pedir a uma figura masculina para lhes “emprestar ou vender o seu nome” para assinar ou editar algum texto literário. Segundo Melon que Marie-Paule Duhet cita, “a quoi servirait l’éducation que

³² Sophie Mousset, *Agora Olympe de Gouges et les Droits de la Femme*, Paris, Le Félin-Kiron, 2013, p.12.

³³ Hanna Arendt, *Sobre a Violência*, Lisboa, Relógio D’Água, 2014, p. 35.

³⁴ Idem., *Ibidem*, p. 35.

³⁵ Olivier Blanc. *Marie Olympe De Gouges une humaniste à la fin du XVIII^e siècle*, Paris, Éditions René Viénet, 2003, p. 73.

³⁶ Idem, *ibidem*, p.27.

pourraient recevoir les filles si de nouveaux emplois ne leur étaient réservés?”³⁷. Ou ainda Pierre Choderlos de Laclos, um general e escritor da Revolução que compôs a obra *De L'éducation des Femmes* na qual denunciou a educação das raparigas: “qu'à les accoutumer à la servitude, et à les y maintenir” mais “ Partout où il y a esclavage, il ne peut y avoir éducation: dans toute société les femmes sont esclaves”.³⁸

A Revolução Francesa foi um marco na História, o Antigo Regime terminou e, com ele, os privilégios da aristocracia, do clero, e os de alguns burgueses em ascensão. A população tinha fortes expectativas de uma vida melhor e feliz e reivindicaram direitos cívicos e políticos. Revoltas populares ocorreram por toda a França exigiam “ a cabeça” do rei que, após ser detido foi morto na guilhotina, tal como sucedeu à rainha. Foi reconhecida uma Assembleia Nacional em representação do povo francês e que reunida, em 26 de Agosto de 1789 proclama a *Déclaration des Droits de L'Homme et du Citoyen*. Um projecto valioso que veio revolucionar mentalidades. Um documento composto de 17 Artigos definiam novas leis para a Nação francesa, estabelecia o contexto e os direitos dos cidadãos. Muitos investigadores analisaram esta declaração, nós optámos por seguir a corrente de pensamento de Alexis Tocqueville, e citamos o autor

*Uma das primeiras iniciativas da Revolução Francesa foi atacar a Igreja, e entre as paixões que nasceram dessa Revolução, a primeira atada e a última extinta foi a paixão irreligiosa. Mesmo na altura em que o entusiasmo da liberdade desfaleceu, depois das pessoas se terem reduzido a comprar a tranquilidade pelo preço da servidão, continuou-se revoltado contra a autoridade religiosa.*³⁹

Tocqueville salienta ainda:

Considera-se com razão a filosofia do século XVIII como uma das causas principais da Revolução e é bem verdade que essa filosofia é profundamente irreligiosa. Mas é necessário salientar nela e com cuidado, duas partes que são simultaneamente distintas e separáveis. Numa, encontram-se todas as opiniões novas ou rejuvenescidas que dizem respeito à condição das sociedades e aos princípios das leis civis e políticas, tais como, por exemplo, a igualdade natural dos homens, a abolição de todos os privilégios de casta, de classe, de profissões que dela são consequência, a soberania do povo, a onipotência do poder social, a uniformidade das regras... Todas as doutrinas não são apenas as causas da Revolução Francesa, formam por assim dizer, a sua subsistência; elas são o que há nas suas obras de mais fundamental, de mais durável, de mais verdadeiro, quanto ao tempo. Na outra parte das suas doutrinas, os filósofos do século XVIII atacaram a Igreja com uma espécie de furor; atacaram o clero, a hierarquia, as

³⁷ Marie-Paule Duhet , *Les Femmes et la Révolution 1789-1794*, Paris, Archives Gallimard Julliard, 1971, p. 23.

³⁸ Marie- Paule Duhet , ,ibidem, Paris , Archives Gallimard Julliard,1971 p. 20.

³⁹ Alexis Tocqueville, *O Antigo Regime e a Revolução*, Lisboa, Fragmentos, 1989, pp.23-24.

instituições, os dogmas e, para melhor os derrubar, quiseram arrancar os próprios fundamentos do cristianismo. Mas esta parcela da filosofia do século XVIII, tendo nascido dos acontecimentos que esta mesma Revolução destruíra, devia pouco a pouco desaparecer com eles e achar-se como amortalha no seu triunfo. Acrescentarei apenas uma palavra para acabar de me fazer compreender, [...] era bem menos como doutrina religiosa que como instituição política, que o cristianismo havia acendido ódios violentos; não porque os padres pretendessem dirigir as coisas do outro mundo, mas porque eram neste proprietários, senhores, dizimeiros, administradores; não porque a Igreja não pudesse ocupar lugar na sociedade nova que se ia fundar, mas porque ela ocupava, então o lugar mais privilegiado e mais forte nessa velha sociedade que se tratava de reduzir a pó.⁴⁰

O objectivo da Revolução era pôr termo a todas “as instituições e todos os usos que até então haviam mantido uma hierarquia na sociedade e os homens no seu lugar”, destruir qualquer ordem e o próprio poder social. Recorrendo ainda a Tocqueville,

abolir a forma mais antiga da sociedade, teve de opor-se simultaneamente a todos os poderes estabelecidos, de destruir todas as influencias reconhecidas, apagar as tradições, renovar os costumes e os usos e esvaziar de algum modo o espirito humano de todas as ideias nas quais se haviam baseado até então o respeito e a obediência. Daí o seu caracter tão singularmente anárquico.⁴¹

Destruir imunidades e abolir privilégios diremos em síntese. O pós Revolução substituiu as velhas normas por um sistema mais moderno, mais justo, com maior equidade para todos, em suma uma Nação Una e Indivisível. Recuperamos a tese de Tocqueville da qual retiramos o trecho seguinte

Misturaram as categorias, igualizam as condições, substituíram a aristocracia por funcionários, os privilégios locais pela uniformidade das regras, a diversidade dos poderes pela unidade do governo.⁴²

A Revolução funcionou como uma experiência, um saber que produz poder segundo a tese de Michel Foucault, e que Tocqueville descreve como “A Revolução Francesa foi simultaneamente o seu flagelo e o seu mestre”. Em jeito de síntese cabe-nos dizer que a Revolução Francesa foi uma revolução política cujos parâmetros e dimensão classificaríamos como uma revolução religiosa.

Todavia, ao analisar a declaração encontramos algumas omissões constrangedoras. Desde logo, recordar, que o conceito de “*Citoyen*” não contemplava todos os cidadãos, mas somente uma pequena parte da sociedade. Neste contexto específico, era considerado cidadão todo aquele cujo património era passível de ser tributado; ou seja, os nobres, o

⁴⁰ Idem, ibidem, pp.23-24.

⁴¹ Idem, ibidem, p.25.

⁴² Idem, ibidem, p.25.

clero e alguns burgueses abastados. Recordamos que a maioria da população sobrevivia com grandes dificuldades. A França atravessava uma crise significativa, a economia e as finanças estavam em péssimas condições, a agricultura era insuficiente face à necessidade real do país; o mesmo sucedia com outros sectores públicos e privados. Como tal, não possuir o estatuto de cidadão significava estar interdito do poder de decisão, ser-lhe negado o direito de voto. Por outro lado, as mulheres, as crianças, os criados e os escravos, segundo o código civil, eram considerados como menores, ou seja, perante a lei não tinham personalidade jurídica. Assim, a lei impedia as mulheres, os criados e os escravos de votar; bem como de usufruir de outros direitos, e de participar no poder de decisão do país. Donde o estatuto de cidadania era muito importante. De acordo com esta realidade, e atendendo a que as mulheres participaram activamente em manifestações e na Revolução Francesa, consideraram-se discriminadas e viram negados os seus direitos naturais. A Revolução Francesa origina a revolta feminina, da qual se retém o nome de Olympe de Gouges entre muitas revolucionárias pelo seu activismo em defesa dos direitos da mulher. Sendo certo que, ao mencionar a obra de Olympe de Gouges, estaremos também a incluir todas as outras mulheres que nela participaram. Contudo, as revoluções nunca são pacíficas, a história comprova essa realidade, com elas surge a violência e o sacrifício de vidas humanas.

Com o iluminismo, as correntes de pensamento renovam-se, alteram-se as mentalidades e, por conseguinte, o papel da mulher ganha na sociedade e na política. Os movimentos feministas expandem-se paulatinamente. Olympe de Gouges é uma personagem incontornável na história de França, uma referência para quem estuda as questões do feminismo. É reconhecida como uma mulher de letras, a pluma foi o seu instrumento e a “arma” de luta: a sua obra é a prova literária da sua revolta contra o poder dos homens. Os seus manuscritos comprovam a sua reivindicação de direitos para as mulheres, uma propaganda política pela emancipação feminina. Desafiou as normas, insurgindo-se contra as desigualdades entre géneros e ainda reivindicou direito cívicos e políticos para ambos os sexos. Para concluir resta registar que as leis que contemplavam as mulheres foram paulatinamente alteradas, sendo decisivo o papel de Olympe de Gouges e o de outras revolucionárias suas contemporâneas.

A Revolução Francesa tornou-se num modelo para o Ocidente, foi uma mudança com boa aceitação em alguns países, nomeadamente em Portugal, ainda muito fechado ao progresso do iluminismo. Um dos factores a salientar era a forte influência religiosa na

sociedade onde o clero dominava em diversos sectores, nomeadamente na educação, na saúde e no sector financeiro. O poder da Igreja dominava as mentalidades portuguesas, que formatou segundo os princípios da doutrina católica, principalmente as femininas. O progresso demorou um período longo a chegar em território português, e por consequência a oportunidade de revolta de algumas mulheres contra a lei do patriarcado. Somente no início do século XX, após a queda da monarquia, a mulher pôde expor mais livremente as suas ideias e a instauração da República facilitou o processo. A apoiá-la estavam alguns notáveis da elite portuguesa e alguns ilustres membros do governo que, em conjunto, reivindicaram direitos e a revisão do código civil. A causa das mulheres foi ganhando uma estrutura sólida, bem como apoiantes de diversas áreas da sociedade portuguesa. Os novos valores da República não eram consentâneos com a sociedade conservadora, estratificada nos valores do Antigo Regime, em que somente uma parte da população era beneficiada enquanto a outra parte era ignorada e penalizada. Era imprescindível rever Código Civil, erradicar regras obsoletas, e decretar novas leis de princípios humanos.

A história de Maria Adelaide Coelho da Cunha enquadra nos moldes que atrás descrevemos: pese embora herdeira do fundador do *Diário de Notícias*, era o marido, Alfredo da Cunha, que administrava a fortuna. Como “prémio” dava-lhe uma mesada para os seus “alfinetes”. Efectivamente a lei penalizava e discriminava o género feminino, obrigando-o a viver na dependência social e económica de pai, irmão ou marido.

Capítulo II – A Violência e a Opressão contra as Mulheres

Após o que foi dito, é tempo de dedicar algumas linhas à temática da violência e da marginalização feminina no contexto que temos vindo a expor. Desde os tempos mais primitivos que a autoridade masculina foi certificada com base na relação de poder, isto é o poder do homem sobre a mulher. A violência tem, portanto, diversas vertentes, é exercidas de várias formas, sendo que por norma a vítima é a mulher. Salvo, claro está, em casos pontuais em que o homem deixou de ser o agressor e passou a fazer parte da estatística como vítima. Contudo, esta problemática não cabe neste nosso trabalho, o nosso objectivo não é apresentar dados ou estatísticas sobre a violência masculina, mas evidenciar mulheres que foram de alguma forma vítimas da prepotência dos homens.

Dois casos de estudo: Maria Adelaide da Cunha e o de Rosa Calmon enquadram no estatuto de vítimas de uma sociedade patriarcal, cuja última instância de poder decretava

a sua exclusão social. Votadas à marginalidade, sem voz ou quem as defendesse, algumas mulheres lutaram e recorreram aos tribunais para denunciar e tentar resolver o seu caso particular. No sentido de clarificar a violência e as suas causas, entendemos recuperar alguns conceitos da filósofa Hannah Arendt (1906-1975) ⁴³. Elegemos uma das suas obras, *Sobre a Violência*, na qual a autora remonta a sua origem aos tempos mais primitivos da história da humanidade.

Arendt cita Proudhon para explicar que “nascemos perfectíveis, mas nunca seremos perfeitos”. Esta e outras doutrinas filosóficas conceptualizam a evolução das sociedades. A sociedade é produto da sua antecessora segundo o autor, o passado e presente acumulam conhecimento e saber, do qual surge e se desenvolve o progresso, assim como a continuidade da humanidade.

Segundo a tese de Herzen, “o desenvolvimento humano é uma espécie de injustiça cronológica, uma vez que os últimos a chegar podem beneficiar do trabalho dos que os antecederam sem terem de pagar o mesmo preço” ⁴⁴. Kant, por sua vez defendia que “será sempre desconcertante ...que as gerações anteriores pareçam ter de carregar o seu pesado fardo apenas para benefício das seguintes... e que só estas últimas devam ter a boa sorte de habitar o edifício [acabado]”⁴⁵.

Maria Adelaide da Cunha e Rosa Calmon tiveram percursos de vida diferentes, porém as suas histórias enquadram-se na filosofia atrás exposta, foram vítimas do despotismo masculino e sofreram as consequências desse acto de coragem, a primeira rebelou-se e a segunda foi vítima das circunstâncias. Tirania que as inibiu de prosseguir o percurso de vida escolhido. Todavia, a sua luta foi necessária à mudança da sociedade e é a partir deste período crítico que analisaremos as suas vivências, tornadas marcos históricos do século XX.

Hannah Arendt esclarece no livro *Sobre a Violência* as valências da manipulação e da coerção exercida sobre o ser humano. Retomamos, portanto, o seu ponto de vista

⁴³ Hannah Arendt (1906-1975) foi uma filósofa de origem alemã cujo trabalho científico tem por base outras correntes filosóficas, nomeadamente na área da política. Os seus estudos sobre os regimes totalitários e a violência adjacente à política dos Estados são referências para a investigação destas temáticas.

⁴⁴ Hannah Arendt, *Sobre a Violência*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2014, p. 35.

⁴⁵ Idem, ibidem, p. 35.

Os homens podem ser manipulados através da coerção física, da tortura ou da fome, e é possível moldar arbitrariamente as suas opiniões por meio de uma distorção deliberada e organizada da informação, mas, numa sociedade livre, não o é por «persuasores ocultos», pela televisão, pela publicidade ou outros meios psicológicos ⁴⁶

O problema da violência é, igualmente, uma questão de afirmação de poder. Arendt cita Sorel para recordar que “os problemas da violência continuam a ser muito obscuros”. Olhando por essa perspectiva, o internamento de Maria Adelaide no manicómio, sob o falso diagnóstico de “loucura”, é uma demonstração de poder recorrendo à violência como “instrumento de controlo”. Contexto idêntico ocorreu na história de Rosa Calmon, diagnosticada com uma “degenerescência psíquica hereditária” pelos médicos psiquiátricos portuguesas: a “desrazão” associada ao feminino. Segundo Maria Rita Lino Garnel, “o imenso poder dos médicos alienistas” nos casos de Rosa Calmon (1900-1901) e de Maria Adelaide Coelho da Cunha (1918-1921) são, efectivamente, exemplos de referência.

Nos dois casos, há semelhanças e foram entendidos como “transgressores dos valores e das normas sociais”, incompatíveis para com a ordem da moral e dos bons costumes. Registamos algumas considerações sobre a violência no domínio político, segundo Hannah Arendt

A violência como sendo simplesmente a mais flagrante manifestação do poder. Toda a política é uma luta pelo poder; a forma última do poder é a violência dizia C.Wright Mills. [...], definição de Max Weber do Estado como a dominação de homens sobre outros homens baseada nos meios da violência legítima, isto é, declarada legítima. ⁴⁷

Marx, por sua vez fez a seguinte apreciação: “o Estado como um instrumento de opressão nas mãos da classe dominante”. ⁴⁸ Arendt apresenta como exemplo a tese de Bertrand de Jouvenel: “e o poder surge como um instrumento de comando, ao mesmo tempo que nos é dito que o comando deve a sua existência ao instinto de dominação”. ⁴⁹ Mais, Voltaire defendeu uma mesma linha filosófica e Hannah Arendt cita-o: “o poder, consiste em fazer

⁴⁶ Idem, Ibidem, p. 36.

⁴⁷ Idem, ibidem, p. 41.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 42.

⁴⁹ Idem, ibidem, p.42.

com que os outros ajam segundo a minha escolha”⁵⁰ “comandar e ser obedecido; sem isso, não há poder”⁵¹. Para a autora, Passerin d’Entrèves segue a mesma corrente filosófica: “o poder, é a força institucionalizada ou qualificada”. Arendt cita, ainda, Stuart Mill, que refere que a primeira “lição da civilização é a da obediência” e apresenta “dois estados das inclinações...um, o desejo de exercer o poder sobre os outros; outro ...a aversão a sofrer o exercício do poder sobre si próprio”. Recorreremos à tese de Hannah Arendt para fazer a separação entre os conceitos de poder e de violência, sendo que, a filósofa indica que poder e violência não são a mesma coisa:

Com efeito, uma das distinções mais óbvias entre poder e violência é o facto de o poder necessitar sempre do número, enquanto a violência, até certo ponto, pode dispensá-lo, através do recurso aos instrumentos.⁵²

Neste contexto em particular, a autora refere que o “poder do governo, depende do número”, uma equação “proporcional ao número a que está associado”. O homem domina o homem e utiliza diversas modalidades de autoridade e violência para atingir os fins. Poder, potência, força, autoridade, violência são sinónimos segundo a autora. Vejamos, pois, a dicotomia apresentada pela filósofa

O poder corresponde à capacidade humana não só de agir como de agir concertadamente. O poder nunca é a propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e só continua a existir enquanto o grupo mantém a sua união. Quando dizemos de alguém que está «no poder», referimo-nos, na realidade, ao facto de lhe ter sido dado por um certo número de pessoas o poder de agir em seu nome⁵³

Segundo Arendt, a potência

Designa inequivocamente qualquer coisa numa entidade singular, individual; trata-se de uma propriedade inerente a um objecto, ou a uma pessoa, e pertence ao seu carácter, que poderá manifestar-se na relação com outras coisas ou outras pessoas, mas sendo essencialmente independente delas⁵⁴

Segundo a mesma autora,

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 42.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 42.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 47.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 49.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 49.

A força, que muitas vezes se torna na nossa linguagem corrente um sinónimo de violência, sobretudo quando a violência funciona como meio de coacção, deveria, no quadro desta terminologia, ser reservada para referir as «forças da natureza», ou a «força das circunstâncias» (la force des choses), isto é, para indicar a energia despendida pelos movimentos físicos ou sociais ⁵⁵

A definição de autoridade é descrita da seguinte forma

A autoridade, termo que se refere ao mais esquivo dos fenómenos desta ordem, e que é por isso também aquele do qual mais frequentemente se abusa, pode ser atribuída a pessoas - existe qualquer coisa como uma autoridade pessoal, por exemplo, na relação entre pais e filhos, entre professores e alunos- ou pode ser atribuída a funções, como, por exemplo, no caso do senado romano (auctoritas in senatu) ou no das funções hierárquicas da Igreja (um sacerdote pode pronunciar uma absolvição válida ainda que esteja bêbado). O seu selo é reconhecido sem discussão por aqueles aos quais incumbe obedecer- sem necessidade de coerção ou de persuasão. (um pai pode perder a sua autoridade tanto por bater no seu filho, como por pôr-se a discutir com ele – ou seja, quer por se comportar com ele como um tirano, quer por trata-lo como um igual.) A permanência da autoridade requer que a pessoa ou a função dela investida seja respeitada. O maior inimigo da autoridade, portanto, é o desprezo, e o meio mais seguro de a minar é o riso ⁵⁶

Finalmente, o conceito de violência surge com a explicação

A violência [...] distingue-se, [...] pelo seu carácter instrumental. Fenomenologicamente, está mais próximo da potência, uma vez que os utensílios da violência, como todas as outras ferramentas, são concebidos para e destinados a multiplicar a potência natural, acabando, no último estágio desse processo, por se substituírem a ela ⁵⁷

A citação é longa, porém necessária para esclarecer a hermenêutica. Importa diferenciar cada uma delas para que não restem dúvidas. Os conceitos que registamos devem ser expostos de forma clara e objectiva e para que a sua compreensão fique acessível ao leitor.

⁵⁵ Idem, ibidem, p. 50.

⁵⁶ Idem, ibidem, p. 50.

⁵⁷ Idem, ibidem, p. 51.

De salientar que as sociedades não sobrevivem sem um poder instituído, um órgão ou entidade com autoridade reconhecida juridicamente

Assim, o poder institucionalizado em comunidades organizadas surge muitas vezes sob a aparência da autoridade, exigindo um reconhecimento imediato e indiscutível; sem o qual não há sociedade que possa funcionar ⁵⁸

Hannah Arendt elaborou diversos conceitos sobre violência numa perspectiva histórica, como sejam: o poder, a força, a autoridade, entre outros.

A autora conceptualiza teses filosóficas sobre comportamentos humanos e que ajudam a explicar a relação entre a guerra, a política, o poder e a violência. Aponta a “natureza do comportamento violento”, as razões e os motivos que conduzem à violência. As Ciências Sociais têm estudado o comportamento humano, de igual forma observaram o comportamento de algumas espécies de animais para, finalmente, concluir que entre eles a diferença não é tanta como se poderia pensar. Segundo a filósofa, o instinto “territorial de grupo” é notório, até porque o humano pertence “ao reino animal” e, como tal, é espectável que os padrões de comportamento sejam semelhantes. Na sua tese, defende que “Se definimos o homem como pertencente ao reino animal, porque teríamos de lhe exigir que assumisse os padrões de comportamento de uma outra espécie animal?”⁵⁹ As investigações feitas até ao momento têm demonstrado que o comportamento violento é uma reacção ainda mais natural, a agressividade versus um impulso intuitivo de sobrevivência. Segundo Arendt

A violência sem provocação é “natural”; quando perde a sua razão de ser, fundamentalmente a sua função na autoconservação, torna-se irracional, e alega-se que tal seria a razão por que os homens podem mostrar-se mais “bestiais” do que os animais ⁶⁰

O agente diferenciador está na razão, isto é, o humano como “animal racional”. O facto de o sujeito humano ser biologicamente dotado de inteligência distingue-o das outras espécies animais. A capacidade de raciocínio dá-lhe a percepção de desenvolver sentimentos e reacções que percepção desde o nascimento. Sensações que vão evoluindo, positiva ou negativamente, mediante técnicas adjacentes, ou dependendo das

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 51.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 66.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 67.

circunstâncias. A evolução das ciências têm, igualmente, influência na metamorfose humana, bem como na racionalidade ou irracionalidade: os filósofos explicam que “O homem é uma fera particularmente perigosa. É o uso da razão que nos torna perigosamente irracionais, porque a razão é na circunstância propriedade de um ser originalmente instintivo”. ⁶¹ Segundo Arendt, o homem tem uma “mentalidade extremamente complexa” porquanto é o grande inventor de tecnologias, o que lhe proporciona uma libertação “das limitações naturais”. A ciência e as suas ferramentas concebem metodologias que investigam as causas e tratam o efeito “manipulando e controlando” o sujeito. Na tese de Hannah Arendt, a diferença entre o humano e o animal já não se fixa somente na razão, “lumen naturale do animal humano”, mas soma-se actualmente a área da ciência, o conhecimento de comportamentos e técnicas adjacentes. Arendt explica a ideia

O homem age irracionalmente e como animal feroz quando se recusa a escutar os cientistas ou quando ignora as suas descobertas mais recentes ⁶²

Uma nova perspectiva da violência que “irrompe muitas vezes da raiva”, que pode ser irracional e patológica, afectando o humano, desumanizando-o. Todavia, no entender de Hannah Arendt, a ausência total de afectos ou de sentimentos é, sim, uma real e efectiva desumanização dos sujeitos, mais indica que “só reagimos com raiva quando o nosso sentimento de justiça é ferido”. Mais, “o recurso à violência perante condições ou acontecimentos ofensivos é extremamente tentador devido ao carácter imediato e pronto daquela”. ⁶³ Assim, agir a “frio” neste contexto não implica uma conotação de irracionalidade, pode sim ser entendido como um acto de violência imediato e necessário face à situação em concreto. Uma vez mais aplica-se a máxima do meio e das circunstâncias em que o acto violento ocorre como justificação para repor a justiça. Arendt defende

Neste sentido, a raiva e a violência, que por vezes - mas nem sempre - a acompanham, contam-se entre as emoções humanas naturais, e curar delas o homem significaria nada menos do que desumaniza-lo ou castrá-lo ⁶⁴

⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 68.

⁶² *Idem, ibidem*, p. 68.

⁶³ *Idem, ibidem*, p. 69.

⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 69.

Mais,

A raiva e a violência só se tornam irracionais quando se voltam contra sucedâneos, e é isso precisamente, receio, que os psiquiatras e os polemologistas que se ocupam da agressividade humana recomendam, ao mesmo tempo que, por desgraça, corresponde a certas inclinações e atitudes irreflectidas da sociedade em geral ⁶⁵

Para finalizar este capítulo, a autora refere que o uso da razão quando é manipulada, e usando a hipocrisia como argumento, não é efectivamente um acto racional. Por sua vez, não podemos considerar como irracional o uso de uma “ arma” em legítima defesa. Considera, portanto, uma acção irracional despoletada pela consciencialização da racionalidade:

Quer isto dizer, a partir do momento em que durante um combate a reacção se torna acção, e começa assim a busca de suspeitos acompanhada da busca psicológica de motivos ulteriores ⁶⁶

Capítulo III – A presumível “loucura” como Factor de Exclusão Social Feminina: a causa e o efeito

Após análise de questões conceptuais sobre poder versus violência, pretendemos deixar algumas considerações sobre o conceito de “loucura” como factor de exclusão social. Como atrás fizemos referência, Maria Adelaide da Cunha foi vítima de uma sociedade patriarcal em que a misoginia era manifestada de diversas formas e em que a mentalidade e crenças eram, ainda, muito marcantes. A objectificação da mulher estava subordinada à hierarquia masculina e rebelar-se contra a ordem dessa estrutura implicava, por vezes, consequências extremas que tinham como objectivo servir de exemplo para a comunidade: expôr a mulher à humilhação. As discriminações eram efectivas, e o poder judicial não tinha uma estrutura jurídica competente para analisar os casos de marginalidade contra as mulheres. As sociedades também não estavam consciencializadas para esses factores, motivo pelo qual há um longo historial de casos

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 70.

⁶⁶ Idem, ibidem, p. 72.

de marginalidade contra o feminino. Transgredir a ordem do patriarcado associada a uma punição pesada tinha por objectivo dissuadir potenciais infractores. Era necessário legitimar a superioridade masculina que, em parte, era suportada pelo sistema político, tribunais; e, ainda, com a conivência de médicos psiquiatras portugueses. A lei protegia o homem ainda que o seu crime fosse superior ao da mulher. A clausura acabou por ser uma solução encontrada como método de “domesticar”, “vigiar”; “corrigir” e “punir” mulheres que se rebelavam contra as regras masculinas. Para as humilhar ainda mais, eram forçadas a sujeitar-se a um exame psiquiátrico com a intenção de lhes imputar uma qualquer patologia do foro mental. O objectivo era a interdição feminina e posterior exclusão do meio social. Os dois casos que analisamos são a prova do que tem vindo a ser exposto: as perturbações mentais femininas como factor de exclusão social.

O poder e a violência funcionaram, em simultâneo, em ambos os casos: Maria Adelaide foi internada no Hospital Conde Ferreira contra a sua vontade, sob o pretexto de “degeneração hereditária”. Rosa Calmon sofreu as mesmas consequências, pese embora a sua reclusão ocorresse em contexto diferente: na casa dos pais e em espaço privado. Nos dois exemplos, os alienistas usaram a “Desrazão” para fundamentar a “loucura” feminina. O passado das duas protagonistas foi investigado na tentativa de lhes encontrar patologias mentais que pudessem servir de argumento para alegar uma qualquer doença hereditária e prova de insanidade mental.

O adultério de Maria Adelaide transformou-se numa história pública e num escândalo nacional. O marido traído e ferido na sua virilidade, exigiu que a mulher fosse julgada em praça pública e punida de forma exemplar pelo seu “crime”. Para vigiar e reprimir os seus actos, mandou interná-la no manicómio do Hospital de Conde Ferreira, instaurando-lhe um processo de interdição que seria a pena mais severa aplicada à sua mulher. No caso de Rosa Calmon, a história tem contornos semelhantes e os objectivos eram os mesmos: imputar-lhe uma doença mental cujo fim passava, igualmente, por um processo de interdição. Neste caso, o motivo alegado pelo pai era o de incumprimento do papel para o qual havia sido preparada: casar e formar uma família. Portanto, ao recusar o papel de esposa submissa e rejeitar a maternidade, Rosa rebelou-se contra as normas patriarcais para se dedicar à oração, o que despoletou a ira paterna. Em consequência desse episódio, Rosa Calmon viu a sua vida privada devassada em público, humilhada e detida, a fim de continuar sob a tutela do pai. Insurgir-se contra estereótipos da época, numa sociedade muito tradicional, foi um choque. Quebrar o ciclo da linhagem familiar era algo

impensável no seu tempo, tal fervor religioso não era bem visto, principalmente se se tratava de filhos únicos, nomeadamente no que concerne ao género feminino. Temos, portanto, duas mulheres que se rebelaram contra as relações de poder, contra a tirania masculina que decidia a vida feminina.

Nos dois casos citados, o diagnóstico psiquiátrico foi o mesmo, embora por circunstâncias diferentes. Abordámos atrás o primeiro caso em pormenor. Importa agora esclarecer a história de Rosa Calmon, uma vez que os dois acontecimentos levaram à reclusão e exclusão social. E, este é o núcleo fulcral da nossa dissertação: a “loucura” feminina como factor de exclusão social. O caso de Rosa Calmon ocorreu entre os anos de 1900-1901, portanto alguns anos antes do de Maria Adelaide (1918-1921). Questões de poder com semelhanças e “entendidos como como transgressores dos valores e das normas sociais”. O escândalo tomou tal proporção que foi necessária a intervenção dos órgãos políticos, e foram chamados a pronunciar-se alguns médicos psiquiatras. Pelas fontes, sabemos que o psiquiatra Júlio de Matos teve papel de relevo nos dois casos. Observou as duas mulheres embora em ocasiões diferentes, declarando a “degenerescência psíquica hereditária” de ambas. Com base nesse diagnóstico, foi requerida a interdição de Rosa Calmon que ficou “subordinada ao poder paternal”, e a de Maria Adelaide que permaneceu “na tutela de seu marido”.

Passamos a descrever a história de Rosa Calmon, ou melhor dizendo Rosa Maria Calmon da Gama, filha de José Calmon Nogueira Valle da Gama, cônsul brasileiro no Porto desde 1892. Após 1898, quando Rosa teria 32 anos de idade, começou a alterar o seu comportamento, e os seus hábitos quotidianos e a demonstrar um fervor religioso excessivo. Segundo Maria Rita Garnel, Rosa Calmon passou a manifestar uma religiosidade excessiva:

Frequentando as igrejas, prosternando-se a rezar no quarto durante horas, a ponto de calejar os joelhos, fazendo reiteradas abluções de água benta que tinha sempre junto do leito, confessando-se e recebendo muitas vezes a comunhão, e lendo exclusivamente obras místicas, das quais transcrevia pensamentos para um livrinho de bolso ⁶⁷

⁶⁷ Maria Rita Lino Garnel, *Vítimas e violência na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p.212.

Como referimos anteriormente Maria Adelaide da Cunha, e Rosa Calmon optaram por ter um comportamento de “recusar a vida social”, “descurando a *toilette*”. Rosa decidiu informar os pais de “ser seu desejo tomar ordens”, decisão à qual o pai se opôs veemente. Em Março de 1900, Rosa decidiu sair de casa em segredo para ingressar nas Doroteias, não sem antes deixar uma carta pedindo para que não a procurassem. Na posse de tal informação, o pai optou por contactar a polícia que a deteve de imediato na estação de Alfarelos. De regresso à casa paterna, no Porto, Rosa passou a ser vigiada com maior obstinação. Apesar do controlo apertado, persiste na ideia de “seguir a vida religiosa”. O Dr. José Calmon decidiu, então, interpor uma acção em tribunal a pedir a sua “interdição”. O tribunal da 4.^a Vara Cível do Porto “ordena um exame mental à arguida”, nomeando dois médicos especialistas: o psiquiatra Júlio de Matos, que na época era director do Conde Ferreira, e ainda Joaquim Urbano da Costa Ribeiro, subdelegado de saúde na região do grande Porto. Segundo Rita Garnel, Júlio de Matos já conhecia a história de Rosa Calmon, uma vez que o pai da jovem havia solicitado a sua ajuda após a sua primeira fuga. Segundo a autora Júlio de Matos a pronunciou-se em tribunal pela “degenerescência psíquica, [...] votando pela sua interdição”. Por sua vez, o segundo médico reconhece “a predisposição hereditária para afecções nervosas”, sem que lhe fosse encontrada perturbação “das funções intelectuais”. As opiniões divergem e o tribunal nomeia mais três os especialistas: Magalhães Lemos, subdirector do hospital Conde Ferreira, Azevedo Maia e Lemos Peixoto. Magalhães Lemos corrobora a tese de Júlio de Matos de que Rosa “não estava na posse das suas faculdades” e, segundo a investigadora Rita Garnel, “o tribunal não foi obrigado a pronunciar-se porque José Calmon, [...] desistiu da acção.”

No entanto, Garnel esclarece que não havia necessidade de instaurar um processo de interdição a Rosa Calmon, uma vez que, sendo cidadã brasileira e solteira, o Código Civil português, no Art.27.º indicava que “continuava subordinada ao poder paternal”

Na verdade, se o objectivo do pai era impedir o ingresso de sua filha numa ordem religiosa, a acção de interdição não era necessária: o estado e a capacidade civil de Rosa, porque brasileira, eram regulados, como expressamente se reconhecia no art. 27.º do Código Civil português pela legislação brasileira. Assim sendo, estes seriam aqueles que as antigas Ordenações do Reino lhe reconheciam, o Brasil só

teria um Código Civil em 1917: apesar de ter 32 anos de idade, sendo solteira, Rosa Calmon continuava subordinada ao poder paternal.⁶⁸

Rosa continuou a ser vigiada, e em 17 de Fevereiro, encenou nova fuga, sem sucesso. Novamente o pai contactou a polícia e o Governo Civil para apresentar uma denúncia pela tentativa de “rapto da filha”. Diversas testemunhas que assistiram ao presumível “rapto” foram ouvidas, e a Imprensa local e Nacional, sobretudo “a liberal progressista e a radical”, noticiaram a ocorrência manifestando o seu apoio ao cônsul. A notícia tomou proporções de escândalo, originando a revolta das populações locais: os tumultos tomaram as ruas do Porto, com apoiantes a favor e outros contra, devido à “questão religiosa e pelo livre-pensamento”. Rita Garnel identifica estes grupos de manifestantes, considerando a problemática religiosa como a principal questão dos tumultos.⁶⁹ As autoridades evidenciaram grandes dificuldades em controlar os manifestantes que irrefreáveis, massivamente se amotinavam nas ruas. Foram requisitadas as forças policiais para controlar a ira “anticlerical” e a violência do povo, tendo a fúria dos revoltosos se propagado a outras regiões do país, nomeadamente à capital onde os motins eram igualmente violentos.⁷⁰ Garnel esclarece que o caso Rosa Calmon se tornou num problema diplomático, o Governo do Brasil foi célere em notificar o cônsul, e a sua família, para regressar de imediato ao Brasil, e desse modo, evitar tensões entre os dois países. Efectivamente, foi o que se sucedeu e, em Março de 1901, a família Calmon abandonou Portugal. Desconhece-se o que terá sucedido a Rosa Calmon após o retorno ao Brasil, talvez num projecto futuro tenhamos hipótese de investigar esse aspecto.

Vejamos agora os contornos de todo o processo sob o olhar da investigadora Rita Garnel. A intervenção do médico Júlio de Matos, especialista em doenças mentais e director do Hospital de Alienados do Conde Ferreira, foi importante no sentido em que serviu para atestar a “desrazão” de Rosa Calmon. Júlio de Matos elaborou uma tese sobre o estado psíquico de Rosa à qual, ao longo do processo, foi adicionando alguns comentários “pelos mais eminentes e prestigiados peritos de medicina-legal da Europa” e que corroboram o seu parecer científico. Os peritos que concordaram com esta tese científica, segundo a investigação de Rita Garnel, foram

⁶⁸ Idem, ibidem, p. 213.

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 214.

⁷⁰ Idem, ibidem, p.214

Dallemagne (Bruxelas), Maudsley (Londres), Lombroso (Turim), Régis (Bordéus), Schüle (Illenau), Magnan (Santa Ana de Paris); Morselli (Génova), Séglas (Bicêtre) e Miguel Bombarda (Lisboa), todos unânimes em concordar com o diagnóstico de degenerescência psíquica hereditária de que seriam síndromas a histeria constitucional e a loucura lucida (variedade afectiva). Esta última, tipificada por Maudsley na década de 1880, e que rapidamente colheu a aprovação dos psiquiatras europeus, permitia classificar como alienação as perversões da vontade, dos afectos, das inclinações, do temperamento, dos hábitos ou da conduta. Isto é, os desvios ao comportamento normal, tal como este vinha sendo definido pela Medicina ao longo do século XIX, mesmo sem alteração do raciocínio, podiam ser lidos como sintomas de loucura, o que, naturalmente, colocava nas mãos dos peritos um poderosíssimo instrumento de controlo. ⁷¹

O conhecimento científico da época não era o mesmo do presente. Somente há alguns anos a Medicina nomeadamente a área da psiquiatria, se tem dedicado ao estudo de casos em particular, em que cada caso é único, sendo as patologias sintomáticas igualmente singulares. Os distúrbios do foro mental têm um novo enquadramento assente em novos métodos de análise. As ciências médicas estão mais atentas aos comportamentos compulsivos, observam e registam cada episódio ou surto psicótico. Portanto, actualmente, os profissionais de saúde estão mais qualificados, e os testes de laboratório complementam o método de diagnóstico. A indústria farmacêutica também tem um papel imprescindível no tratamento eficaz algumas doenças mentais. O cérebro humano é ainda um órgão sobre o qual se conhece pouco, é complexo e reage de forma diversa a estímulos positivos ou negativos. Actualmente, o doente é ao mesmo tempo actor e objecto de estudo.

Rita Garnel menciona que nos casos aqui expostos o poder político “contestava, ou só, relutantemente, aceitava”, os relatórios dos médicos alienistas, e destaca o facto de os peritos europeus se limitarem a confirmar as teses de Júlio de Matos, até porque nenhum deles examinou pessoalmente Rosa Calmon para aferir sobre o seu estado de saúde mental. Recuperamos o entendimento de Rita Garnel

[...] estrénuos defensores da observação directa, que elegiam o olhar como meio fundamental à produção da ciência médico-legal, [...] se prontificaram a

⁷¹ Idem, ibidem, p. 215.

diagnosticar, à distancia, bastando-lhes como prova de loucura, afinal, a mera linguagem de um relatório ⁷²

Assinalamos o ponto fulcral da temática estudada e que, segundo Rita Garnel a “distinção médica entre normal e patológico” determinava

A diferença seria meramente quantitativa e o estado patológico, implicava, necessariamente, alterações fisiológicas. São estes dois princípios conjugados que permitiria ao médico distinguir entre a saúde e a doença ⁷³

Vejamos os critérios utilizados dos médicos psiquiatras e que suportam a tese que defenderam. A autora expõe no livro supra a metodologia “consagrada” adoptada por Júlio de Matos. E, tal como viria a suceder na caso de Maria Adelaide, foram indagados os antecedentes hereditários de Rosa Calmon, reconhecendo casos de demência e histeria em diversos parentes das duas pacientes. Como o seu raciocínio ajuda a entender a diferença entre “normal e patológico” optámos por citar as reflexões da autora.

Júlio de Matos, seguindo o método consagrado, examinara os antecedentes hereditários de Rosa Calmon e apurara a existência de variados casos de demência e histeria em bisavós, avós, tios e primos; a história da arguida também confirmara uma constituição neuropata, em que os episódios de síncope e paralisia temporária pareciam bem estabelecidos. A observação da doente revelara, [...], estigmas físico (o estrabismo) sinal indiscutível de um estado mórbido. E, finalmente, encontrara como estigmas psíquicos, os excessos de religiosidade – logo, alterações quantitativas do comportamento – que se manifestavam fisicamente nos joelhos calejados pelas horas de oração, no desejo de abandonar a família para entrar num convento, nos apontamentos íntimos de Rosa Calmon em que esta afirmava, [...], nada querer sentir a não ser o amor de Deus, e nas afirmações de que este desejo correspondia à vontade divina. Tudo isto não deixava margem para que o ilustre alienista português duvidasse de que se tratava de uma doente que padecia de um estreitamento do campo de consciência, incompatível como exercício autónomo da razão. ⁷⁴

⁷² Idem, ibidem, p. 215.

⁷³ Idem, ibidem, pp. 215-216.

⁷⁴ Idem, ibidem, p. 216.

A citação é longa, porém necessária para entender o enquadramento clínico atribuído a Rosa Calmon. Contudo, fazemos a ressalva de que nos limitámos a expor os factos e mencionar as teses que serviram de fonte para entender como e o porquê da subjugação destas duas mulheres, rotuladas como “louca-lúcida”. Gostaríamos, todavia, de oportunamente aprofundar o tema, adquirir competências científicas que permitam apreender o que a psiquiatria considera actualmente normal e patológico. Desejo que fica para um projecto futuro.

Capítulo IV – Dois casos de estudo: Maria Adelaide Coelho da Cunha e Rosa Calmon - clausura e discriminação enquanto instrumentos de poder e controle

A história de Maria Adelaide da Cunha é um exemplo de vida, de coragem e de perseverança, pautado pela bravura com que enfrentou o poder masculino. Uma narrativa pessoal experienciada e registada na primeira pessoa, que passou a esfera do privado para o conhecimento de domínio público. Maria Adelaide resolveu cortar as amarras que a ligavam a uma vida vazia e sem objectivos. Devido ao escândalo, ninguém ficou indiferente ao acontecimento e ao motivo do litígio: a fuga de Maria Adelaide para se juntar a Manuel Claro, a sua nova paixão. Até aqui nada de especial, não fosse o facto de ser casada com Alfredo da Cunha, ilustre e influente personagem da sociedade portuguesa que abandonou para recomeçar a vida do zero ao lado de outro homem por quem se apaixonou, motorista da casa.

Quando a fuga foi descoberta, o marido e a família ficaram deveras preocupados temendo pela saúde de Maria Adelaide, porém este seu gesto de liberdade acarretou-lhe inúmeros problemas, entre os quais o internamento num hospital psiquiátrico no Porto. A situação passou para o conhecimento público que se envolveu nesta história apaixonadamente. E a classe médica, juízes e advogados acabaram por intervir para emitir o seu conhecimento científico e interpretação jurídica. O Estado também foi arrolado para se pronunciar. Rosa Calmon e Maria Adelaide foram julgadas e condenadas em praça pública. A sociedade portuguesa era preconceituosa, sobretudo para com as mulheres, mais ainda quando se tratava de questões de “honra”.

Neste caso, a dona do palácio de S. Vicente não teve grande apoio familiar, nem mesmo de outras mulheres que, imediatamente, a condenaram por quebrar o ciclo do papel feminino dentro do casamento e na sociedade. A audácia de enfrentar tudo e todos, exigindo o direito de ser livre e escolher como e com quem desejava viver, valeram-lhe

anos de agonia. A sua “loucura” foi objecto de represálias e, por conseguinte, houve necessidade de ser “curada” para retornar ao seu lar e para o marido que se afirmava vítima nesta história. Tenhamos presente que este não terá sido caso único: é de crer que tenham existido outras histórias semelhantes, todavia silenciadas e escondidas da esfera pública por questões de vergonha ou medo de represálias.

Este é um caso de estudo e tem por base a história de vida de Maria Adelaide Coelho da Cunha, uma senhora da alta sociedade portuguesa que após vinte e oito anos de casamento, resolveu abandonar a casa, o marido e o filho para viver uma nova vida ao lado de Manuel Claro. Um escândalo enorme em Portugal no início do século XX, pelo facto de a sociedade o qualificar como “crime de honra” e porque violava os preceitos da Igreja. Quebrava as regras da estrutura patriarcal e envolvia figuras importantes do panorama nacional.

Maria Adelaide tinha na época quarenta e oito anos, era filha e herdeira de Eduardo Coelho, fundador do jornal *Diário de Notícias*, e casada com Alfredo Carneiro da Cunha e, figura influente na sociedade portuguesa. Tinham um filho, José Eduardo Coelho da Cunha, de vinte e seis anos e licenciado em Direito. O caso ocorre no período da Primeira Guerra Mundial, Portugal debatia-se com graves problemas sociais e económicos. Atravessava uma profunda crise financeira, pese embora os herdeiros do *Diário de Notícias* desfrutarem de uma vida faustosa. Maria Adelaide era muito solicitada e querida na vida social de Lisboa e o casal evidenciava uma harmonia exemplar. Em suma, a imagem pública nada tinha que ver com a que era experienciada em espaço privado.

Segundo Manuela Gonzaga, autora da obra *Maria Adelaide Coelho da Cunha Doida Não e Não*, a mesma que nos serviu de fonte para recolher alguns aspectos pertinentes da sua vida quotidiana. Após o seu desaparecimento, em 13 de Novembro de 1918, familiares e amigos ficaram seriamente preocupados e “consternados” com a sua ausência. O clima de insegurança e os tumultos em consequência da Guerra eram recorrentes. Situação adensada pelo facto de “ela andava tão neurasténica”. A família decide, então, em 16 de Novembro de 1918 colocar um anúncio no *Diário de Notícias* dando a informação do desaparecimento e solicitar informações sobre o seu paradeiro.

Foquemos a nossa atenção sobre as palavras que compõem o apelo: “em virtude da exacerbação da doença de que sofre, não regressou a casa”. Desde o início há uma alusão de que a Maria Adelaide padecia de perturbações mentais e daí o motivo para o seu

hipotético desaparecimento. Mais, dava-se “generosa recompensa” a quem tivesse alguma informação que pudesse ajudar a esclarecer o mistério. Os amigos eram pessoas influentes na sociedade portuguesa e também eles manifestaram a preocupação pelo desaparecimento de Maria Adelaide, que sempre fora uma amiga devota. Motivada pela sua filantropia, era admirada pelos eventos sociais que organizava em sua casa com “grandeza e opulência” e “pelo elevado número de convidados” que frequentavam os eventos no palácio de São Vicente.

Aparentemente, o casamento de Maria Adelaide era harmonioso, um exemplo a seguir, porém a imagem que passava cá para fora não coincidia com a realidade. Segundo Gonzaga (2011), naquela família havia efectivamente uma relação forte e coesa de afecto que se preservou por anos; uma “trindade onde a viva e pura cama dos afectos brilhava inalteradamente há tantos anos”. Contudo, na realidade, a história era bem diferente, infringia um conjunto de valores da construção social e mexia com os valores masculinos. Maria Adelaide é caracterizada como uma mulher culta, excelente comunicadora, amante de viagens e bom gosto para a arte e para a literatura. “A vida parecia sorrir” e sem grandes preocupações, somente “alguns achaques de saúde”. A dona do palácio de São Vicente tinha, como era usual, os afazeres femininos do quotidiano: cuidar do bom funcionamento da casa, organizar saraus e festas, e o empenho pelas causas humanitárias. Em síntese, levava a vida num verdadeiro corupio, “adulada” por todos, resguardada da miséria e das epidemias que assolavam o país. Não havia indícios ou diagnóstico que levasse a acreditar sofrer de doença física ou mental.

Todavia, a partir do ano de 1917, o seu comportamento altera-se súbita e consideravelmente, deixando os seus “admiradores” perplexos. Deixou de frequentar festas, reduziu radicalmente a presença nos eventos sociais, demonstrando “aversão” à vida social com a desculpa frequente de uma “persistente neurastenia”. A sua aparência também sofreu uma mudança abrupta, passando do estilo sofisticado para o excessivamente modesto. O lar deixou de ser o centro do seu universo, de dona de casa “excelente e inexcelável” passou à total indiferença para com as tarefas domésticas. É partindo desta nova realidade que Maria Adelaide inicia a nova fase da sua vida, passando a relatar “neurastenias” constantes, um martírio ao qual se somou “grandes perturbações de seus nervos” que impediam a vida social. Importa compreender certos aspectos da personalidade de Maria Adelaide, “rainha absoluta do lar” que anotava tudo escrupulosamente. Manuela Gonzaga fez uma investigação exhaustiva e detalhada sobre

Maria Adelaide, caracterizando os seus hábitos quotidianos no palácio de São Vicente,
⁷⁵ e as suas “manias” . ⁷⁶

Efectivamente a mudança foi radical e até algo incompreensível para familiares e amigos dando origem a algumas especulações sobre a sua condição de saúde, que se intensificavam após ter abandonado o lar. Foram imediatamente colocadas diversas hipóteses para o que realmente teria sucedido, o relato foi apresentado às autoridades policiais e ponderada a possibilidade de suicídio. Seria Maria Adelaide capaz de pôr termo à vida? Familiares e amigos atormentavam-se com a sua ausência e a suspeita de suicídio deixara-os ainda mais desconfortáveis. Principalmente, após encontrarem um envelope manuscrito com a sua letra que continha a avultada quantia de cinquenta mil réis, para os pobres do Diário de Notícias, em “esmolas de mil reis” segundo narra Manuela Gonzaga. Durante nove dias, a família viveu um verdadeiro martírio sem saber de Maria Adelaide, se estaria viva ou morta! Ficaram com a dúvida e foi feito o luto uma vez que

a convicção da sua morte era tal, que pessoas amigas chegaram a deitar luto por ela, e a família solicitou as necessárias dispensas [...], a fim de que não fosse negada assistência religiosa e sepultura católica ao seu cadáver, mesmo no caso de se ter suicidado ⁷⁷

Contudo, a 24 de Novembro de 1918, Maria Adelaide é encontrada em Santa Comba Dão de boa saúde e a viver num apartamento modesto que partilhava com Manuel Lopes Cardoso Claro: um “belo moço de vinte e seis anos”, chauffeur da família, era o homem por quem abandonara tudo, até a família, e a origem da sua mudança de personalidade, adoptando inclusive o nome de “Maria Romano Claro”. Nesta sua nova e modesta vida, a dona de São Vicente dedicava parte do seu dia a executar as tarefas domésticas, “trabalhos grosseiros”, e convivendo somente com “gente ordinária”. Habituada a uma vida faustosa e tendo a oportunidade de usufruir dos prazeres que o dinheiro podia comprar, o luxo contrastava com a nova realidade.

Maria Adelaide era uma senhora culta, dotada de excelente instrução e que manteve boas relações sociais com inúmeras pessoas da elite portuguesa, com quem se correspondia

⁷⁵ Manuela Gonzaga, *Maria Adelaide Coelho da Cunha: Doida Não e Não!* Lisboa, 2011, Bertrand Editora, p.40.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 41.

⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 43.

assiduamente. Pôde viajar, adquirir novos conhecimentos e ver novas culturas. Tutelava os seus serviçais com rigor militar, “criadas” que estavam disponíveis a todo o momento a satisfazer as suas vontades. Largou tudo para recomeçar a vida do zero ao lado de um homem de classe inferior e, com ele, foi instalar-se numa casa sem conforto situada numa aldeia do interior.

Em síntese, quebrou um ciclo. Passou de uma condição exuberante para viver um futuro incerto. Com esta nova realidade, Maria Adelaide quis apagar do seu passado, familiares e amigos, um corte abrupto que será um dos argumentos para que os médicos lhe diagnosticassem uma doença mental, uma vez que no entender da psicologia, “enlouquecera”.

Segundo Manuela Gonzaga, dias antes de ser encontrada, Maria Adelaide escrevera uma carta, a “famosa carta do lacre verde”, a Alfredo da Cunha, na qual informava “estou viva” e acrescentava “mas em condições que me considero morta para todos os efeitos e como tal preferível é que considerem também”, assinando: Adelaide. Para ela não havia necessidade de registar pormenores para justificar o fim do casamento com Alfredo da Cunha, “cujá severidade era de dia para dia mais acentuada, cavando entre ambos um abismo irremediável.”⁷⁸ A mudança do estado de alma e a tristeza de Maria Adelaide eram motivadas por problemas que nada envolviam questões de saúde.

Como se sabe a I Guerra era uma preocupação para os beligerantes, e Portugal não estava a salvo uma vez que milhares de homens foram mobilizados. Maria Adelaide, tal como outras mães, sentiu medo pelo filho, temendo que morresse em combate. Aliás, todas as famílias temiam as consequências da guerra, havia uma crescente violência nas ruas e o seu desaparecimento coincidiu com ataques a algumas residências, só piorando a situação. A idade era um outro problema associado a Maria Adelaide, isto porque a menopausa foi vista como motivo para a sua transformação. Segundo Gonzaga, em finais de 1916, o seu médico assistente, Costa Nery, a terá medicado em consequência de um “hematocele” que a reteve no leito durante cerca de dois meses, recomendando-lhe que se “o curso for abundante deve recorrer a irrigações quentes”. Mais, no ano de 1917, regista os seus achaques como “perturbações da menstruação, menopausa”.

⁷⁸ Idem, *ibidem*, p. 52.

Conforme Gonzaga indica, em 1919, a pedido de Alfredo da Cunha, um grupo reputado de médicos nacionais teve a incumbência de elaborar um parecer científico sobre a condição mental de Maria Adelaide, declarando-a

Degenerada hereditária, na qual se vem manifestando em relação com a menopausa, graves perturbações dos afectos e dos instintos que a privam de capacidade civil para reger a sua pessoa e administra os seus bens ⁷⁹

Importa aqui assinalar os nomes de alguns médicos, “os mais famosos alienistas portugueses”, chamados a se pronunciarem sobre o estado de saúde mental de Maria Adelaide, e que a declararam irresponsável pelos seus actos: Júlio de Matos, António Caetano de Abreu Freire de Egas Moniz e José de Matos Sobral Cid. Basearam-se no relatório que o seu médico assistente, Costa Nery, havia emitido para concluírem que a esposa de Alfredo da Cunha sofria de perturbação mental resultante da menopausa.

Na realidade, Maria Adelaide passava por uma transformação, mas era apenas uma nova imagem do seu novo “Eu” em conflito com uma realidade de difícil resolução: mais apagada, com total desapego aos bens terrenos, “vestida de forma muito modesta”, “tão simples e tão pobre”, “tão magra e tão pálida”, “penteado e toilette menos apurada”. Quando saía à rua, fingia não reconhecer os amigos ignorando-os.

Maria Adelaide estava consciente que o meio social ao qual pertencia era preconceituoso e conservador, qualquer gesto em falso seria penalizada de forma exemplar, motivo que a levou a adoptar uma postura mais reservada. Nem assim os seus familiares e os amigos a ajudaram a ultrapassar esse período conturbado e a “neurostenia” passou a servir de desculpa para dissimular a paixão, “deslumbrante e assustadora”, pelo seu motorista. Efectivamente, aos 44 anos de idade, Maria Adelaide tinha-se apaixonado por um outro homem de um estrato social inferior ao seu. ⁸⁰ Para se entregar a essa paixão, que lhe arrebatava o corpo e a alma, foi forçada a desempenhar um papel e viver numa realidade que desconhecia. Este acontecimento ocorre no início do século XX, num país conservador e em que o espaço público era domínio do homem. As mulheres e as crianças não tinham direitos numa sociedade patriarcal em que as leis beneficiavam o homem e aquelas restava apenas o lar e a maternidade. Somente após a primeira década do século XX, a lei passou a considerar a mulher como sujeito de direitos à semelhança do que

⁷⁹ Idem, ibidem, p. 56.

⁸⁰ Idem, ibidem, p. 53.

estava destinado ao homem. As correntes femininas criaram as condições necessárias para conquistar o seu lugar na sociedade e na política.

É com esta realidade que Maria Adelaide, herdeira do fundador do Diário de Notícias entra para a História ao ser a protagonista de um acontecimento pautado pela discriminação e pelo preconceito, e cujo castigo é o internamento compulsivo num hospital psiquiátrico com a conivência de alguns psiquiatras portugueses, sendo obrigada a conviver com mulheres com reais perturbações mentais. Algumas, tal como ela, ali “depositadas” e prisioneiras de uma norma do poder patriarcal. No Hospital Conde Ferreira havia regras muito restritas, nomeadamente para as “doentes” internas que sofriam humilhações, confiscavam-lhes alguns bens, eram impedidas de aceder a alguns serviços e impedidas de conviver com os familiares. No caso de Maria Adelaide, as medidas foram ainda mais severas e como a própria terá afirmado inúmeras vezes “presa” como doida “por crime que não cometeu”.

A correspondência que trocava com alguns membros da família é uma fonte imprescindível para analisar o tema e nela há relatos na primeira pessoa, sobre o seu comportamento. Vejamos então alguns exemplos: “estou completamente afastada de tudo e só assim me sinto bem”, justifica em carta endereçada à sua prima Hercília Benoît Coelho, datada de 18 do mês cinco ou seis de 1918. Após a sua ausência do palácio de São Vicente, a família ficou inquieta sem saber o que teria acontecido, e a ideia de suicídio ganhou crédito após ter sido encontrada no cofre uma “avultada soma de dinheiro destinada aos pobres.” As buscas locais e regionais não cessaram e, a 22 de Novembro de 1918 fora entregue a Alfredo da Cunha “uma carta lacrada com lacre verde” com o carimbo da repartição dos Correios de Aveiro e data de dia 20 do mesmo mês, ou seja dois dias antes. Se, por um lado, se desfez a hipótese de morte, por outro, colocava-se a questão do que estaria a fazer Maria Adelaide na zona de Aveiro. Havia, porém, uma certeza, o desaparecimento fora premeditado.

Houve um planeamento de meses até o acto de fuga ser consumado. Deixara Lisboa com destino a Santa Comba Dão tendo, inclusive, alterado o seu nome para “Maria Romano Claro”. Pretendia recomeçar a vida do zero ao lado do homem que amava e romper os laços que a ligavam ao passado. Manuela Gonzaga informa que foram encontrados numa pequena aldeia de Santa Comba Dão cinquenta cartões-de-visita com a inscrição e do nome e morada de Maria Adelaide ou melhor dizendo, de Maria Romana Claro, indiciando a ideia de corte com a vida anterior. Mais, refere que Manuel Cardoso Claro

ter-se-á deslocado com antecedência à aldeia em “finais de Julho de 1918” para escolher e alugar a casa onde pretendiam residir, explicando que “a sua mulher não se dava bem em Lisboa, e tinham resolvido ir viver para a província”. Após o processo de arrendamento da habitação estar concluído, a preparação da casa demorou “mais de um mês e meio”. Abandonar Lisboa impunha pequenos acertos e despedir-se dos pais era um deles: Maria Adelaide deslocou-se ao cemitério dos Prazeres, onde junto do túmulo de Eduardo Coelho (1835-1889) e Maria da Conceição Coelho (†1898) depositou flores e fez “súplicas de perdão” pelo acto que estava prestes a cometer. Sair de casa “para nunca mais voltar” era uma opção radical que demorou o seu tempo: carregada de emoção, percorreu demoradamente todas as dependências da casa, tacteando pela última vez cada objecto e cada parede do palácio de S. Vicente.⁸¹

Desapego, dor, angústia, pânico e um grande sofrimento emocional deixaram-na em estado de alerta. A ideia de abandonar o filho foi inexoravelmente a mais penalizadora, “mas o quarto do meu filho tinha, para mim, recordações inolvidáveis; e não pude, a sangue frio dizer-lhe o último adeus”. Mais, relata que, ao entrar no comboio na estação do Rossio, a amargura tolhia-lhe os movimentos e a alma:

Sentei-me, abrindo um jornal para fingir que lia. O coração pulsava-me com força, sentia um nó na garganta, o jornal tremia-me nas mãos. [...] Finalmente fecham a porta, os meus companheiros de carruagem dizem o último adeus aos seus amigos; eu olhei num derradeiro olhar, através dos vidros da portinhola, a longa gare do Rossio e o comboio partiu. Deixei cair o jornal; já não podia mais⁸²

O compasso de tempo entre a sua chegada a Santa Comba Dão e o internamento na unidade hospitalar de Conde Ferreira, o “hospital de doidos”, é pautado por diversos acontecimentos do quotidiano, aos quais não faremos alusão. Queremos ir directamente aos factos. Alfredo da Cunha havia solicitado às forças policiais um pedido de busca para encontrar a sua mulher. Após as autoridades policiais a encontrarem na companhia da sua “nova” família, de imediato emitiram um mandato de detenção. E, posteriormente, o seu internamento forçado num hospital no Porto. Nessa época, segundo narra Manuela Gonzaga, havia nessa instituição outras mulheres em sistema de reclusão devido ao incumprimento das regras patriarcais. A reclusão num hospital ou num quarto era uma

⁸¹ Idem, *ibidem*, pp. 59-60.

⁸² Idem, *ibidem*, p.62

forma de controlo e de as coagir a “corrigir” o seu erro ou pecado. Questionar o poder masculino era inaceitável e punível de forma exemplar, “Vigiar e punir” tal como defende Michel Foucault numa das suas teses. Alfredo da Cunha mandou prender o rival e internar a mulher no hospital para doentes com perturbações mentais e, para, o efeito, pediu um relatório médico a vários psiquiatras portugueses para atestar a sua “loucura”.

Maria Adelaide vive dias angustiosos e num desabafo, comenta: “meu Deus que horrível momento aquele! Estava à porta do Conde Ferreira!”. Temendo o pior, resigna-se inconformada e, numa atitude controlada “sem um gesto, ou uma palavra”, não fosse o seu comportamento trair “o que se passava em mim”. À sua espera estavam o seu filho José, o secretário do hospital Júlio Gama, Balbino Rego e Alfredo da Cunha. Sob uma calma dissimulada dirige um pedido a Balbino Rego:

Peço-lhe que diga ao Dr. Alfredo da Cunha que, tendo eu sido sempre a interprete das suas obras teatrais, e reputando esta sua obra-prima, prometo estudar o papel de forma a merecer os aplausos do público ⁸³

Imediatamente compreendeu que o futuro traçado para si não era animador, fora delineado um plano que contra si, e que passava por certificar a sua condição de “louca”. Os seus passos e o seu comportamento tinham de ser contidos e não permitir que factores exteriores quebrassem a calma que não possuía. Caminhava pelos corredores como “um autómato”, ou até à ala reservada ao banho “regulamentar”, com o rosto inexpressivo, e banhava-se longamente como se a água pudesse repara as feridas do corpo. Maria Adelaide foi colocada no pavilhão “das criminosas”, um local reservado às criminosas loucas. Para ela o choque foi total “Meu Deus! Tem piedade! Meu Deus! Não me abandones!”⁸⁴, suplicou num murmúrio quase inaudível. Ali não havia espaço para “exteriorizar a minha dor. Pois que, daquelas portas adentro, eu era apenas uma louca e tudo quanto fizesse seria tomado como sintoma de loucura”.

O ser humano tem demonstrado ao longo dos séculos que está sujeito a desenvolver “manias”, mais ao menos “normais” como método de lidar com a pressão do quotidiano. Cada ser humano cria certos rituais e ritos que executados inúmeras vezes funcionam como catalisadores do bom funcionamento da vida. O cérebro de cada indivíduo é igualmente uma caixa de pandora, e mediante o seu funcionamento, pode desencadear

⁸³ Idem, ibidem, p. 91.

⁸⁴ Idem, ibidem, p. 93.

falsas percepções ou ilusões acerca da realidade. Manias que podem resultar em doença, dependendo da análise que os especialistas fazem desses episódios. Quando esses ritos dominam e condicionam a vida do humano deixam de ser apenas formalidades, passando a problema do foro mental, obsessão ou doença mental. Há um provérbio antigo que descreve “de médico e de louco todos temos um pouco”. Maria Adelaide acabaria por o corroborar, mencionando que “manias todas temos, mesmo sem dar por elas”. Partindo desse velho ditado popular não podemos afirmar que a dona do palácio de São Vicente era louca somente porque tinha as suas “manias”.

Alfredo da Cunha é apontado como o primeiro a propor a interdição da mulher e para tal, quis impor a tese de loucura. Com o propósito de afirmação do poder masculino e, também, uma forma de resolver alguns problemas financeiros como demonstraremos mais adiante. A sociedade permitia as infidelidades masculinas, mas o inverso era intolerável. Sendo as penalizações bem severas para o género feminino. O poder patriarcal garantia desse modo a continuidade do seu património, bem como a gestão do mesmo, e a linha de sucessão. Essa era também a preocupação de Alfredo da Cunha em relação ao património de Maria Adelaide. No entanto, no que se refere a “manias”, “de o julgarmos como tal em tudo encontramos manifestações da doença”, se apontadas inúmeras vezes acabam por se tornar representações performativas, acabando por se acreditar que efectivamente o comportamento está fora da “normalidade”.

A partir do momento em que Maria Adelaide entrou no hospital Conde Ferreira, a sua vida mudou drasticamente, tendo de reprimir os seus sentimentos e os seus actos passaram a ser controlados ao pormenor. Os médicos e os funcionários do Conde Ferreira humilharam e discriminaram Adelaide da Cunha. Foi privada de alguns dos seus bens e impedida de exprimir vontades e desejos. Cada passo, cada atitude sua, era imediatamente transmitida à direcção do hospital e à família. Cada frase que registou no seu diário passou pela “censura” do hospital, não havendo privacidade. “Vigiar e punir” foi o “tratamento” que lhe foi aplicado naquela instituição. Poderíamos dizer que houve uma violação de direitos humanos, todavia na época não havia tal preocupação e a legislação não estava preparada para lidar com situações semelhantes. Aos olhos da lei, o género feminino era considerado menor, sem personalidade jurídica, e dependente da tutela do homem.

O isolamento propiciou-lhe tempo para reflectir e dedicou-o à escrita. Maria Adelaide escrevia muito: meditações ou simples pensamentos registados num caderno, o seu único confidente durante o tempo de reclusão involuntária. E citamos: “o meu diário foi, pois,

mais um passatempo que outra coisa e com ele desabafava só o que eu não me importava que soubessem”⁸⁵

O apego ao seu pequeno livro foi óbvio e compreensível. Todavia, sabendo que esta ferramenta poderia comprometê-la, optou por registar somente ocorrências banais: havia “alguém muito empenhado em mo apanhar”, registou Maria Adelaide. Um testemunho do seu cárcere, no qual relatou ainda a apreensão pelo seu futuro. A falta de liberdade física e de expressão eram outro dos seus problemas, prisioneira de uma conspiração, e condenada sem direito a defesa pela prepotência do poder instituído.

A escrita foi adoptada como terapia ocupacional, ou como escape. Não tinha com quem partilhar os desaires do quotidiano e a escrita colmatou essa lacuna. A propósito da arte de escrever, recuperamos o entendimento de Maria Augusta Babo, nomeadamente um ponto do seu artigo “*Práticas auto-gráficas uma semiótica da assinatura*”, um apontamento que reflecte a ideia atrás apresentada

A escrita como um acto de inscrição, como arranhão. Escrever é querer penetrar a superfície, portanto uma manifestação daquilo a que chamamos o pensamento. Escrever é uma fenomenização do pensamento. Da mão que assina pelo seu próprio punho se pode dizer o mesmo que a boca que profere a palavra: ambas possuem outras aptidões sensíveis, hepática a primeira, gustativa a segunda, integrando uma fenomenologia do corpo, que, de sensível, passa no entanto a corpo ortopedizado, corpo inscrito no simbólico⁸⁶

Tornou-se num hábito de Maria Adelaide anotar alguns pormenores da sua estadia no Conde Ferreira o que constitui uma fonte imprescindível para investigar alguns factos de inícios do século XX, nomeadamente quando as mulheres eram penalizadas pela coragem de enfrentar os cânones tradicionais da sociedade. Uma outra característica de Maria Adelaide era a de ser metódica, a sua reclusão não interferiu com a “mania” de registar tudo e o seu diário acompanhou-a para todo o lado. Recuperamos algumas confissões de Maria Adelaide citadas por Manuela Gonzaga e que inserimos neste trabalho: -“sentia-me doente”, refere após ser internada no Conde Ferreira e a dúvida e a

⁸⁵ Idem, ibidem, p. 97.

⁸⁶ Maria Augusta Babo, (2006) *Práticas auto-gráficas, uma fenomenologia do traço*. Disponível à consulta em http://www.cecl.com.pt/workingpapers/files/ed9_praticasautograficas.pdf e ainda em textos de apoio acessível na plataforma Moodle da fcsh. <http://elearning.fcsh.unl.pt/ancient/course/view.php?id=1985> consultado em 2017

desconfiança passaram a dominar o seu comportamento - “parecia-me que todos me olhavam como uma doida do Conde Ferreira [...]” anota após uma das saídas do manicómio para passear pelas ruas do Porto.

Escrever toca o corpo quando o corpo é o próprio limite da escrita-assinatura. A assinatura cumpre assim essa função limite do próprio e da escrita, na medida em que articula a presença do corpo no gesto com a sua ausência na marca ⁸⁷

De recordar que os doentes internados no Hospital Conde Ferreira não tinham permissão para sair das instalações salvo em raras ocasiões excepcionais. A direcção do hospital tinha regras explícitas e muito rígidas em relação ao internamento dos pacientes, o caso de Maria Adelaide não era excepção e o mesmo se passava com outras internadas. A vigilância era tirânica, as ausências do recinto estavam proibidas e, em relação à dona do palácio de São Vicente, a guarda estava montada em permanência dia e noite. Contudo, após muita insistência e pressão junto da Direcção, cederam ao pedido de Maria Adelaide, e permitiram que saísse da clausura em ocasiões especiais sob a condição de ser acompanhada pela sua “enfermeira”, que a vigiava com a instrução de relatar cada acto seu a Alfredo da Cunha. O marido foi o mentor de toda a trama.

Mudar as mentalidades é uma tarefa árdua, leva o seu tempo, é uma longa e penosa “cruzada” que, por vezes, implica avanços e retrocessos. As penalizações eram atroz para as mulheres, sendo de salientar que os casos em análise não foram únicos e muitos outros terão ocorrido. A reclusão feminina em espaço fechado, privado ou em instituições para o acolhimento de doentes com perturbações mentais, era um procedimento usual em finais do século XIX e início do XX. Durante um longo período, a mulher era olhada como um ser frágil e instável, com propensão para mudanças de “humores” repentinas. É-lhe, ainda, atribuída uma fisiologia propensa ao desenvolvimento de doença do foro mental, o que justificaria a sua falta de auto-controlo e, como tal, devia ser protegida. A clausura restritiva ao espaço privado era igualmente penalizante, pois implicava a solidão. Sobre esta temática, é imprescindível citar a historiadora francesa Michelle Perrot, cuja área de investigação contribuiu para escrever a História das Mulheres, tornando-se incontornável nas questões do feminismo e na compreensão dos seus quotidianos sociais e políticos. Recuperamos a contextualização que a autora faz e que expôs num dos seus

⁸⁷ Idem, ibidem <http://www.cecl.com.pt/workingpapers/files/ed9praticasautograficas.pdf>.

livros, *História dos Quartos*, onde apresenta ao leitor as várias funcionalidades atribuídas ao quarto. Dependendo da época e do contexto, este espaço é íntimo e de domínio do privado, no qual repousam muitas histórias de vida.

O quarto é uma caixa, real e imaginária. Quatro paredes, o tecto, o soalho, a porta, a janela, estruturam a sua materialidade, [...]. O seu fecho protege, como um sacramento, a intimidade do grupo, do casal ou do indivíduo. Daí a importância fundamental da porta e da chave (esse talismã), e dos cortinados (esses véus do tempo). O quarto protege o próprio indivíduo, os seus pensamentos, as suas cartas, os seus moveis, os seus objectos. Baluarte, repele o intruso. Refúgio, acolhe. Arrecadação, acumula. Todo o quarto é, mais ao menos, um quarto das maravilhas

88

É no silêncio de quatro paredes que o corpo restabelece as suas necessidades físicas e espirituais. O “direito ao segredo [...] o celibato, forçado ou escolhido” salienta Michelle Perrot. A opção de alguns sujeitos para se resguardarem de olhares vigilantes e indiscretos. Alguns indivíduos habituam-se de tal forma à solidão, que qualquer interferência na rotina transforma-se num sacrifício penoso. Outrora, Kafka debateu-se com questões semelhantes, “só consigo dormir sozinho num quarto. Não posso suportar a vida em comum com outras pessoas”, “precipito-me na solidão como a água no oceano”. Somos criaturas de hábitos, que construímos consciente ou inconscientemente, ao longo da vida, necessitamos desses rituais como processo de construção individual e é, também, um método de apaziguamento da nossa psique.

O quarto é, igualmente, um “laboratório”, onde a criatividade flui e se manifesta, espaço e palco para expressar a alegria, a dor, o sofrimento e o sonho. Segundo Perrot, “tão forte é o hábito de me vigiar que a minha alma fica de sentinela e proíbe-me qualquer desvio”. Admite-se aplicar neste ponto em concreto a teoria de Michel Foucault - *Vigiar e Punir* - o sonho é a voz do subconsciente a querer dominar o corpo matéria. Inconscientemente, vigiamos nós mesmos os nossos actos, sabendo que a qualquer momento pode alguém vigilante apontar-nos algum erro. Presentemente, esse conceito é ainda mais marcante, pois com as novas tecnologias estamos em permanente “vigilância”. O quarto é também o reduto da morte, sozinhos ou acompanhados e, se a lucidez mental o permitir pode ocorrer um *flashback* da nossa história de vida por breves segundos antes de expirar pela

⁸⁸ Michelle Perrot, *História dos Quartos*, Lisboa, Teodolito, 2012, p. 9.

última vez. De recordar que o espaço ao qual chamamos quarto é, por excelência, o espaço das mulheres, o “Quarto das Damas”. Segundo Perrot, é o seu

Tabernáculo. Tudo concorre para aí as enclavilhar: a religião, a ordem doméstica, a moral; a decência; o pudor, mas também, o imaginário erótico que poe as mulheres, sonhadoras, sentadas á janela, ou que as estende, leitoras langorosas, mais ao menos desnudas, num canapé, num sofá, numa cama ⁸⁹

O quarto marca o ritmo da passagem do tempo das suas vidas. Efectivamente, as mulheres passam muito mais tempo “reclusas” nas suas casas, contrariamente ao que sucede com o homem, que desde sempre gozou de maior liberdade. Retomamos uma ideia de Virginia Wolf, citada por Michelle Perrot, para referir que “as mulheres ficaram de tal modo confinadas nas suas casas durante milhares de anos que hoje as próprias paredes estão impregnadas da sua força criativa”. O lar é o seu domínio e, embora condicionada, ela é a rainha. Contudo, quando ela decide quebrar com as correntes que a agrilhoam a esta norma tradicional e a segurança do seu “Eu” é alvo de julgamento público, as consequências nem sempre são benéficas. Perrot salienta

O único baluarte contra o horror do nada, da noite, da origem obscura. Ela é o eixo à volta do qual as crianças e os criados se organizam, e nesta qualidade, é uma pessoa. Mas basta que escape para se tornar imediatamente uma rebelde e uma revolucionária ⁹⁰

Kant defendia a mesma tese, os mesmos princípios. Agrilhoar a mulher em casa era um método de a vigiar e de a castrar na sua personalidade. Durante décadas, o sistema funcionou na perfeição; porém, a partir do momento em que elas se consciencializam da sua marginalização reivindicam direitos idênticos ao do homem. Lutam por igualdade de oportunidades, deveres e direitos sociais e políticos, procurando conquistar o seu espaço na sociedade. As correntes feministas trabalharam, e trabalham, pela luta de Direitos, conseguiram algumas alterações do Código Civil, mas há ainda um longo caminho a percorrer para alcançar a igualdade. Pese embora algumas leis beneficiarem as mulheres, na prática, as mentalidades ainda tardam em mudar, há ainda muita discriminação. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) é um documento ao qual se recorre cada vez mais para repor direitos de minorias, sem excluir ninguém.

⁸⁹ Idem, ibidem, p. 141.

⁹⁰ Idem, ibidem, p. 142.

A tese de Michelle Perrot é um trabalho de investigação precioso, facilita a análise dos comportamentos sociais e segundo a investigadora, as diversas valências do quarto são importantes a delinear outra perspectiva: o papel de prisão. As famosas “curas de isolamento” frequentes no século XIX, uma reclusão forçada do poder patriarca, um processo associado a “doença de mulheres”. A psiquiatria defendia a tese de que o útero era a causa-efeito, ou seja os vários ciclos femininos podiam levar a estados de “histeria” ou, mesmo, a processos de “loucura”. Prisoneiras em suas casas, ou em local designado para o efeito, eram vigiadas constantemente por médicos, por profissionais de saúde ou, ainda, por sujeitos contratados para o efeito. Foram excluídas da sociedade, expostas a humilhações e, em alguns casos, foi exigida a sua interdição como medida mais restritiva. No século XIX, há diversas narrativas de reclusão feminina forçada. Os motivos por detrás destas clausuras: “o sequestro - amoroso, erótico, sexual; familiar - reveste um desejo de dominação”. E, deste modo enfraquecer a mulher, com a intenção de “corrigir, recuperar, «curar»”⁹¹. Michelle Perrot interpreta da seguinte forma:

A cela- eis a chave de todas as terapias, moral, religiosa; higiénica, penal. Ela assegura uma função tripla: a punição. Defesa social, emenda ⁹²

De referir o filósofo Michel Foucault cuja teoria exprime esta dicotomia. Para o autor, o castigo corporal deixou de ser “uma arte das sensações insuportáveis e torna-se uma economia de direitos suspensos”. Foucault vai mais longe e expõe factos que passamos a apresentar

As práticas punitivas tornaram-se pudicas. Deixou-se de tocar no corpo, ou o mínimo possível, e para nele atingir algo que não o próprio corpo. Poder-se-á dizer: a prisão. A reclusão, os trabalhos forçados, a interdição de frequentar certos lugares, a deportação, [...] são efectivamente penas «físicas»: ao contrário da multa, incidem directamente sobre o corpo ⁹³

Estabelece-se uma relação castigo-corpo totalmente oposta à aplicada nos suplícios ⁹⁴, já que a punição deixou de ser um espectáculo organizado em espaço público e para o público ver. A ruptura deste procedimento ocorre com o iluminismo e a *Declaration Des*

⁹¹ Michel Foucault, *Vigiar E Punir, Nascimento da Prisão*, Lisboa, Edições 70, 2013, p. 16.

⁹² Michelle Perrot, *História dos Quartos*, Lisboa, Teodolito, 2012, p. 337.

⁹³ Michel Foucault, *ibidem*, p.17.

⁹⁴ Idem, *ibidem*. Para um melhor entendimento sobre a problemática do *Suplício*, cf. Capítulo I - *O Corpo dos Condenados*, pp. 9- 39.

Droits de L'Homme et du Citoyen de 1789 ⁹⁵, expressa nos seus artigos, 7.º e 8.º que determinam as leis a aplicar aos cidadãos e por outro lado estabelecem a fronteira na aplicação de penas.

Michelle Perrot defende que o quarto é o expoente do ciclo da vida: “o quarto foi um cadinho de civilização, ao mesmo tempo produtor de normas, local de criação e terreno de experiências”. Salienta a autora que quem não tem um “quarto-caixa” deseja tê-lo, como redutor de protecção. Entrar neste espaço sem autorização ou sem bater à porta é transgredir as normas sociais, é uma “violação intolerável da intimidade”. Cada aposento privado conta uma história subjectiva e particular, um depósito de muitos espólios, de muitas alegrias, e descobertas. Por outro lado, é igualmente um espaço de muita dor e sofrimento, nomeadamente para o género feminino, pela diferença de sexo, que Rosi Braidotti explica da seguinte forma

Oposições binárias que criam subcategorias de “outro” ou “diferente de “ dentro de uma lógica de relações de domínio e exclusão [...] a “diferença” foi colonizada por relações de poder que a reduzem à “inferioridade” ⁹⁶

Rosi Braidotti informa que, na história europeia, a “diferença” foi tomada pelos regimes totalitários e fascistas para legitimar um determinismo biológico que justificava o extermínio de seres humanos catalogados como inferiores. O pensamento ocidental partiu da repressão patriarcal sistemática e de experiências com o feminino. A Industrialização favoreceu a entrada da mulher no mercado de trabalho, todavia as condições eram bastantes deficientes. Ainda assim, foi benéfico lutarem pela sua emancipação económica e pessoal. Nos momentos que antecederam a revolução industrial, e mais tarde no decurso da Revolução Francesa, as mulheres conquistaram alguma visibilidade participando activamente nas manifestações contra o Antigo Regime. Contudo, nem mesmo após a instauração da República a situação da mulher se alterou significativamente. A cidadania não foi de imediato atribuída às mulheres. Contudo, a luta pró feminismo não baixou os braços, muito pelo contrário, as mulheres insurgiram-se contra os camaradas de revolução exigindo-lhes o cumprimento de promessas. Destacamos o nome de Olympe de Gouges, a autora da *Declaration Des Droits De La femme Et De La Citoyenne* (1791), apresentada

⁹⁵ Declaration Des Droits de L'Homme et du Citoyen disponível em <http://www.legifrance.gov.fr/Droi-francais/Constitution/Declaration-de-l-Homme-et-du-Citoyen-de-1789>.

⁹⁶ Rosi Braidotti, citada Ana Gabriela Macedo, *Género, Identidade e Desejo*, Lisboa, Edições Colibri, p. 144.

à Rainha Marie Antoinette, na qual reivindicava direitos civis e políticos para as mulheres. Recordamos que tal audácia lhe valeu a sentença de morte na guilhotina no ano de 1793, acusada de diversos crimes, sendo o mais grave o programa político “Les Trois Urnes”. A sua luta “du féminisme” não constituiu argumento de peso para o desenlace final.

Ao analisar, verificar-se-á que a mulher burguesa foi, talvez, a mais penalizada, algumas conquistas surgiram para compensar certas proibições. Primeiramente, temos a proibição feminina de aceder à área de produção e, como contrapartida deu-se-lhe a maternidade forçada, seguindo o modelo de Rousseau. O poder patriarcal atribui-lhe a administração do lar, contando que prestasse contas ao chefe de família. A mulher com algum grau de instrução, se desejasse explorar a sua aptidão literária, somente poderia publicar os seus textos em três situações: utilizar um pseudónimo masculino, em caso de património próprio, financiar ela mesma os gastos inerentes à edição e, por último, ceder os seus textos que uma figura masculina assinaria como sendo o autor. Em suma, a instrução feminina foi outra das grandes lutas das correntes feministas.

Os códigos de conduta eram outro problema, demasiado rígidos para a mulher. Exortava o amor como fundamento para o matrimónio, porém não tinha o direito de dispor do seu corpo em prol da virtude. Nietzsche defendeu que “a literatura foi o primeiro pecado das virtuosas burguesas, porque da pena passaram às calças, das calças à cigarrilha”. As relações de poder e a sociedade patriarcal transformaram a mulher num “peão passivo” como garantia de prestígio e de fortuna. Serviram, também, como “moeda de troca nas transacções masculinas” defende Mary Douglas na sua obra *Pureza e Perigo*, na qual a antropóloga descodifica noções de poluição e o tabu do incesto.⁹⁷ Judith Butler também desenvolveu uma tese sobre a temática do tabu do incesto.⁹⁸

Posto isto, temos algum suporte para compreender as motivações para o internamento das nossas protagonistas que, sob o pretexto de uma alegada loucura, foram enclausuradas contra a sua vontade. Maria Adelaide ainda ficou conotada como “louca-lúcida”. Efectivamente Maria Adelaide estava na posse de todas as suas faculdades mentais e do seu próprio punho redigiu alguns relatos aqui reproduzidos como prova da sua plena consciência

⁹⁷ Mary Douglas, *Pureza E Perigo*, Lisboa, Edições 70, 1991, p. 15.

⁹⁸ Judith Butler, *Problemas de Género*, Lisboa, Orfeu Negro, 2007, p. 167.

Amordaçada, manietada, não podia defender nem defender-me! Não podia erguer a minha voz, num grito de protesto, nem estender o meu braço num gesto de protecção aos familiares que eu atirara para o fundo dum carcere e às famílias que eu lançara na desgraça. Era horrível! ⁹⁹

Maria Adelaide tem consciência do seu estado, bem como da situação em que se encontra, e sabe que tudo poderia ser diferente caso as circunstâncias fossem outras, “Preso num manicómio por um crime de amor”. Condenada pelo marido e pela sociedade misógina, sem direito a justiça. Estes acontecimentos poderiam ter outra leitura, e bem diferente, se as personagens neles envolvidos não pertencessem à elite. Vejamos então como Maria Adelaide traça o perfil social da sociedade preconceituosa

Se em vez de me haver deixado apaixonar por um filho do povo, me tivesse agarrado dum duque ou de um marquês, nem eu era doente, nem a família se julgava desonrada. Não [...] decididamente, ou estamos todos doidos ou quem o está não sou eu! ¹⁰⁰

Muitos que talvez me abrissem os braços, se eu amasse um fidalgo, embora fosse um vilão, sem se importarem, todavia, que eu faltasse do mesmo modo ao respeito do meu marido, viram-me as costas, porque amo um chauffeur, embora seja um homem de bem ¹⁰¹

Mary Douglas refere que o adultério das mulheres é penalizado de forma mais severa e, impõe uma punição como compensação do marido enganado. O “estatuto masculino se mede em termos de direitos sobre as mulheres”, refere a Douglas estabelecendo um meio de comparação pertinente

Um indivíduo sem direitos sobre qualquer mulher que pudesse transferir encontrava-se tão desapossado como um homem de negócios moderno com a sua conta bancária esgotada ¹⁰²

No início do século XIX, a punição física configurava uma outra perspectiva: Foucault cita Mably -“ o castigo, se assim posso dizer, atinja mais a alma que o corpo”¹⁰³. O

⁹⁹ Maria Adelaide Coelho da Cunha citada por Manuela Gonzaga, *Maria Adelaide Coelho da Cunha: Doida Não e Não!*, Lisboa, Bertrand Editores, 2011, p. 173.

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p. 161.

¹⁰¹ Idem, ibidem, p. 217.

¹⁰² Mary Douglas, *Pureza e Perigo*, Lisboa, Edições 70, 2013, p. 175.

¹⁰³ Michel Foucault, *Vigiar e Punir Nascimento da Prisão*, Lisboa, Edições 70, 2013, p. 23.

filósofo defende que o “castigo deixou de ser uma arte das sensações insuportáveis e tornou-se uma economia de direitos suspensos”. Vigiar, corrigir, recuperar e, em última instância “curar”, são os elementos fulcrais do dispositivo panóptico que “funciona como uma espécie de laboratório de poder”. “O suplício não repunha a justiça; reactivava o poder”. Segundo o filósofo, “o suplício judicial deve ser também compreendido como um ritual político. Faz parte, ainda que de um modo menor, das cerimónias pelas quais se manifesta o poder.”¹⁰⁴ Michel Foucault tem uma obra de investigação vastíssima, a abrangência temática é diversificada, e a História *da Sexualidade I- Vontade De Saber*, ajuda na análise e na compreensão da problemática da sexualidade. Segundo o autor

O século XIX e o nosso foram, antes, a idade da multiplicação: uma dispersão das sexualidades, um esforço das suas formas diversas, implantação múltipla das «perversões». A nossa época foi iniciadora de heterogeneidades sexuais. Até ao fim do século XVIII, três grandes códigos explícitos [...] regiam as práticas sexuais: o direito canónico, pastoral cristã e lei civil. Eles fixaram, cada um à sua maneira, a partilha entre o lícito e o ilícito.¹⁰⁵

E ainda

[...] anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; [...] organizaram-se controlos pedagógicos e tratamentos médicos, em torno dos mais pequenas fantasias, os moralistas, mas também e sobretudo os médicos, [...] ¹⁰⁶

Michel Foucault esclarece que a “microfísica do poder utilizada pelos aparelhos e pelas instituições, mas cujo campo de validade se situa, de algum modo, entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com a sua materialidade e as suas forças”. Mais adianta o autor

Microfísica pressupõe que o poder que nela exerce não seja concebido como uma propriedade, mas sim como uma estratégia [...] os seus efeitos de domínio [...] atribuídos a disposições, a manobras, a tácticas, a técnicas, a funcionamentos; pressupõe que nele se decifre uma rede de relações sempre tensas, sempre em

¹⁰⁴ Idem, ibidem, p. 58.

¹⁰⁵ Michel Foucault, *História da Sexualidade I - Vontade de Saber*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 1994, p. 41.

¹⁰⁶ Idem, ibidem, p. 40.

actividade, e não um privilégio que se possa deter; que se lhe dê como modelo a batalha perpétua ¹⁰⁷

A microfísica estabelece relações de “poder-saber” por conseguinte o “poder produz saber”, e os dois estão interligados. “De facto, o poder produz; produz o real; produz domínios de objectos e rituais da verdade. O individuo e o conhecimento que dele se pode ter decorrem desta produção” ¹⁰⁸ O mecanismo panóptico, Panopticon de J. Bentham, é uma “figura arquitectónica”, um dispositivo organizador de unidades espaciais que permitem ver constantemente e reconhecer de imediato, ou seja encerrar os reclusos tendo em conta que a visibilidade neste processo é uma “armadilha”. Segundo Foucault, “induzir no recluso um estado consciente e permanente de visibilidade assegura o funcionamento automático do poder. [...], que os reclusos estejam presos numa situação de poder de que eles próprios são os portadores”. ¹⁰⁹ Como método de vigilância e de disciplina garante a ordem política, e, em última instância é um meio complementar de punição. Na tese de Bentham traduz - se pelo

Princípio segundo o qual o poder deve ser visível e inverificável. Visível: o recluso terá incessantemente diante de si a alta silhueta da torre central, de onde é espiado. Inverificável: o recluso nunca deve saber se está realmente a ser observado; mas deve ter a certeza de que pode estar sempre a ser vigiado. ¹¹⁰

Bentham situa o sistema panóptico como instância de aplicação de poder

É uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, os indivíduos são totalmente vistos, sem nunca verem, [...] é um dispositivo importante, uma vez que autonomiza e desindividualiza o poder ¹¹¹

Mais refere o autor

O Panóptico é uma máquina maravilhosa que, a partir dos mais diferentes desejos, fabrica efeitos homogéneos de poder. [...], de modo que não é necessário recorrer a meios de força para forçar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o aluno à aplicação, o doente à observância dos regulamentos. [...], o Panóptico é um jardim zoológico régio; o animal é

¹⁰⁷ Michel Foucault, *Vigiar e Punir Nascimento da Prisão*, Lisboa, Edições 70, 2013 p. 34.

¹⁰⁸ Idem, ibidem, *Nota de Apresentação*, p. VII.

¹⁰⁹ Idem, ibidem, p. 231.

¹¹⁰ Idem, ibidem, pp. 231-232.

¹¹¹ Idem, ibidem, p. 232.

substituído pelo homem, a distribuição individual é substituída pelo agrupamento específico, o rei pela maquinaria de poder furtivo. Com esta excepção, o Panóptico faz também o trabalho de naturalista. Permite estabelecer as diferenças: nos doentes, observar os sintomas de cada um, sem que a proximidade das camas, a circulação dos miasmas, os efeitos de contágio confundam os quadros clínicos [...] o Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder ¹¹²

Recuperamos o pensamento de Foucault para esclarecer que “na época do Iluminismo, não foi como tema de um saber positivo que o homem passou a ser oposto à barbárie dos suplícios, mas antes como limite do direito: fronteira legítima do poder de punir” ¹¹³. Seguindo esse pensamento, classificar-se-ia nessa mesma corrente o procedimento do Hospital Conde Ferreira para com Maria Adelaide, como uma formatação de “homem-medida”, “corpo-político” face à clausura de que foi vítima. Por seu lado, Julia Kristeva assegura no livro *Pouvoir de L’horreur , Essai sur L’abjection* que

[...] la morale humaine débute par deux tabous du totémisme : meurtre et inceste. Totem et Tabou commence par une évocation de la phobie de l’inceste, et en traite longuement en relation avec le totémisme et plus spécifiquement avec les interdictions alimentaires et sexuelles. ¹¹⁴

Capítulo V – O que os médicos psiquiatras observam e fundamentam para atestar a “loucura” no feminino: finais do século XIX e início do XX

Ao longo deste trabalho fizemos alusão à influência da Igreja Católica nas sociedades nomeadamente a portuguesa, desde a sua edificação em finais do século IV; data em que o Cristianismo foi decretado como religião do Estado, sendo ainda muito marcante nos séculos XIX e XX pese embora a Lei de Separação do Estado das Igrejas (1911). O catolicismo detinha um enorme poder e uma grande autoridade junto de monarcas, bem como junto das entidades governamentais.

Os fiéis, nomeadamente as mulheres, eram controladas pelo Clero que as evangelizava com o objectivo de perpetuar a superioridade masculina. A influência da Igreja manteve-se e perdurou na História da Humanidade. Um poder exercido através de rituais de culto

¹¹² Idem, ibidem, pp. 233-234.

¹¹³ Idem, ibidem, p. 86.

¹¹⁴ Julia Kristeva, *Pouvoir de L’horreur , Essai sur L’adjection*, France , Éditions du Seuil, 1980, p. 71.

a divindades e ainda, através da doutrina como forma de instruir o povo. O medo do desconhecido e, do além, aliados à ignorância das populações, permitiu o crescimento do poder da Igreja. O obscurantismo e a superstição condicionaram a vida dos humanos. Através de sacramentos como a comunhão e a confissão, a Igreja acumulou poder e prestígio: “um saber que produz poder” (Michel Foucault) ou “vigiar e punir” com prenúncios de castigos ou excomunhão. A população temia os castigos divinos e rezava para no final da vida ter uma “boa morte”. Os seguidores da fé católica cumpriam a doutrina religiosamente e, para comunga, era necessário passar primeiro pela confissão. Foi através desse privilégio apostólico, “le curé du village connaissant tous les secrets intimes”, que o clero acumulou fama e poder. O acto da confissão concedia poder ao prior, utilizado para estabelecer alianças mediante os seus interesses. O historiador Olivier Hanne defende a tese de “Révolution mentale” ¹¹⁵ aliada aos sacramentos de comungar e confessar, exigências imprescindíveis para professar a fé católica. Em suma, diríamos que a Igreja influiu na construção social, bem como nos papéis atribuídos a cada sexo. Interferiu na formatação da mente feminina, oprimindo e condicionando a sua liberdade. Os homens do clero ditavam as regras do comportamento moral da mulher, que deveria ser submissa ao homem em qualquer circunstância. A política também interveio e, acabou por validar e justificar o despotismo masculino. Esperava-se da mulher um desempenho exemplar do papel de esposa e mãe, anulando-se a si mesma e calando os seus desejos. Normas sociais que se foram perpetuando de geração em geração e para as quais a mulher contribuiu igualmente. A Imprensa também deu o seu contributo ao longo da história, divulgando acontecimentos de índole passional, o “réussite de l’affaire”, formando nichos de opiniões mais ao menos radicais, como é demonstrado nos casos de Rosa Calmon e de Maria Adelaide. Desde o início, a imprensa influenciou a opinião pública ao tomar partido pela “lei paterna” (Lacan), emitiu juízos de valor sem, antes, tentar ouvir todos os intervenientes, fomentando o “histerismo colectivo” e desencadeando “vingativos ódios “contra as mulheres, expondo-as a difamações e humilhações em praça pública.

Phillis Chesler, no seu livro *Mulheres e Loucura*, advoga que “as mulheres mais do que os homens, e em número muito maior do que se poderia esperar, têm formado «carreiras» em pacientes de psiquiatria”. A psicoterapeuta confronta factos, autobiografias e testemunhos reais de pacientes de psiquiatria para sustentar a tese de que para ser

¹¹⁵ Olivier Hanne, *Jeanne d’Arc biographie historique*, France, Éditions Grenadier, 2016, p. 47 .

“saudável” no feminino é necessário um “ajustar” às normas de comportamento masculinas. A autora salienta

A ética da saúde mental é masculina na nossa cultura. O sine qua non da identidade do feminino na sociedade patriarcal é a violação do tabu do incesto, i.e., a preferência inicial e contínua pelo pai, seguida pelo apaixonar-se e/ ou casar com uma poderosa figura paternal ¹¹⁶

Desde a infância que as raparigas foram educadas para servir, “uma imagem, autoritária e central, do homem: a mulher é acima de tudo filha, mãe e esposa”, salienta Chesler. E acrescenta

O que consideramos “loucura”, aparecendo em mulheres ou homens, ou é o não representar do papel desvalorizado da mulher, ou a rejeição total ou parcial do estereótipo de género ¹¹⁷

Para a psicóloga e feminista, a “loucura” parte do inconformismo e como meio de contestação contra o poder institucionalizado, os valores culturais óbice e castradores da sua liberdade. A “doença mental” é, pois, o confronto, e a auto-afirmação de revolta, “um pedido de ajuda”.

A “doença mental” é um pedido de ajuda, uma manifestação tanto de impotência cultural e castração política. Este comportamento socialmente chamado [precisar-de-ajuda e procurar-ajuda] é em parte condição da mulher, inerente ideologicamente no padrão comportamental e no papel dependente e desamparo designado assim à mulher ¹¹⁸

Chesler complementa o seu estudo anexando a tese de Luce Irigaray que, por seu turno, advoga outra perspectiva: “O status da feminilidade no discurso teórico Ocidental”. Irigaray, no seu livro *Speculum de l'autre femme*, defende a tese em que questiona de forma objectiva “as escrituras teóricas chave dos homens, textos fundamentais em filosofia e psicanálise que, de uma forma ou de outra envolvem o conceito de feminidade”. No seu ensaio, Irigaray apresenta uma dicotomia filosófica oriunda das

¹¹⁶ Shoshana Felman, “*Women and Madness : the Critical Phallacy*”, in *The Feminist Reader – Essays in Gender And The Politics Of Literary Criticism*, Edited By Catherine Belsey and Jane Moore (Second Edition), London, Macmillan Press Ltd, 1997, , p. 117 .Tradução livre.

¹¹⁷ Chesler in Shoshana Felman, *Women and Madness : the Critical Phallacy*, p. 117. Tradução livre

¹¹⁸ Shoshana Felman, *Women and Madness : the Critical Phallacy*, Ibidem, p. 118.

correntes clássicas com incidência no “ princípio totalitário do logo centrismo” (Derida). Para a especialista em psicanálise a mulher ficou refém da subjugação do “princípio lógico de identidade”:

Teoricamente, subordinado ao conceito de masculinidade, a mulher é vista pelo homem como o seu oposto, quer dizer, como o “seu” outro, o negativo do positivo, e não no próprio direito dela. Diferente, outro, o ser outro ¹¹⁹

Irigaray indica que ao longo da história de “logos”, o homem reduziu a “mulher ao estatuto de um objecto silencioso e subordinado, para alguém por quem se possa falar por!” “falar em nome de, falar por”, em suma, “apropriar e silenciar” as mulheres. Contudo, importa não descurar factores como a “vitimização sócio-sexual das mulheres”, cujo processo de opressão é transversal na organização material, prática das estruturas económicas, sociais, médicas e políticas.

Segundo Irigaray, nos “fundamentos do logos, raciocínio e articulação nos subtis procedimentos linguísticos e nos processos lógicos através do qual cada significado é produzido”. Como observação final, Phyllis Chesler sustenta a tese de que a “loucura é a perda da feminilidade”. No texto de Shoshana Felman é apresentado um caso como objecto de estudo de alegada “loucura feminina”, ou “desrazão”, associada ao comportamento de um animal que precisa de ser domado. Recuperamos o entendimento da autora

A loucura é a perda da feminilidade. Quando o médico o avisa que tem de a domar dando-lhe pedaços de açúcar, Philippe responde «quando ela era uma mulher não gostava de doces». A loucura é, por outras palavras, o que torna uma mulher numa «não-mulher» ¹²⁰

Capítulo VI – Um processo de divórcio camuflado sob uma suposta “loucura”: Maria Adelaide vítima de exclusão social

Narra a História que o papel da mulher era meramente figurativo e de subordinação à cultura paternal, como tivemos a oportunidade de expor neste ensaio. Qualquer oposição ou quebra era espartanamente penalizado segundo a teoria de Michel Foucault: “vigiar, punir, corrigir e curar.” Conceitos e, princípios doutrinários que ditaram as leis e

¹¹⁹ Idem, ibidem, p. 119.

¹²⁰ Idem, Ibidem, p. 127. Tradução livre.

mecanismos sociais para “domesticar” os sujeitos, nomeadamente o género feminino. A imagem de “loucura feminina”, como vimos, implicava a “desrazão” e, por conseguinte, um paralelismo a um animal necessitando de ser domado para se tornar num ser social. Pretendemos agora registar alguns tópicos referentes à “loucura” de Maria Adelaide.

Assim, a nossa interveniente nesta trama admitiu ter fingido uma perturbação mental para escapar à pressão de uma sociedade tirânica e conservadora relativamente ao papel da mulher. Optámos por recuperar alguns excertos da correspondência de Maria Adelaide para melhor entender o caso em apreço. Todavia, fazemos a ressalva de que parte dos manuscritos, escritos no hospital Conde Ferreira, serviram de base para reforçar o “Relatório médico-legal dos peritos de maior autoridade científica”:

[...] O meu passado irrepreensível é que prova bem a evidencia que eu só por doença podia fazer o que fiz, [...] Isto ou dá o divorcio ou dá a minha morte, porque se ele nem mesmo assim quiser divorciar-se naturalmente poe-me interdita e interna-me em qualquer parte e eu ponho fim à vida que sem o meu M...não quero para nada. ¹²¹

Com base neste bilhete, e noutros que aqui citaremos, os alienistas declararam a degeneração “com déficite moral” da dona de S. Vicente. E, segundo a opinião de alguns, tinha como objectivo servir de plano para conseguir o divórcio, o *modus-faciendi*, reflexo do seu estado mental. No entender dos especialistas, uma “incapacidade [...] resultante da anormalidade dos seus instintos e da sua afectividade, e da correlativa quebra das suas forças inibitórias”. Para os médicos, Maria Adelaide, sofria de um grande “descalabro psíquico”, de “adiantada degenerescência hereditária” e as suas cartas eram a prova de doença mental. A paixão “doentia” por Manuel Claro era vista como um atentado à moral e aos bons costumes, “solta de todas as conveniências sociais, indiferente ao sofrimento dos seus”. Para todos os efeitos, não restavam dúvidas de que Maria Adelaide padecia de uma “anormalíssima transformação de character, uma doentia inversão dos sentimentos e dos instintos.” Segundo os ilustres psiquiatras portugueses, evidentemente esta “perversão de sentimentos” era indício inexorável de loucura: “loucura moral, loucura afectiva; loucura lúcida, [...]. Sem a menor dúvida, loucura!”¹²²

¹²¹ D. Maria Adelaide Coelho da Cunha, *Infelizmente Louca!*, Lisboa, Tipografia da Empresa Diario de Noticias, 1920, p. 16.

¹²² Idem, *ibidem*, p. 16.

Partindo desse pressuposto, os alienistas portugueses consideraram que havia matéria suficiente para declarar Maria Adelaide incapaz e, por conseguinte atestar a sua interdição. Note-se que Maria Adelaide já se encontrava institucionalizada por ordem judicial no Hospital Conde Ferreira desde meados de 1916, nos termos do Dec.2550, e sob vigilância do seu tutor, “o 1.º respondente, a quem por lei compete reger a sua pessoa (cod. Civ., art.243 n.º 1 e 321)”. Somente após grande polémica, e com a intervenção de “altas entidades”, nomeadamente do seu advogado que solicitou ao Presidente da República e aos Ministros da Justiça e do Interior protecção para a sua cliente, foi deliberado que seria retirada do manicómio e “fosse entregue ao seu advogado”. Recordamos o despacho emitido pelo Ministro do Interior, Sá Cardoso, datado de 21 de Agosto de 1919 e assinado pelo próprio

Em fase do documento n.º 1, conclue-se que D. Maria Adelaide Coelho da Cunha se acha depositada no Hospital do Conde Ferreira, à ordem do poder judicial, sem que a saída desse estabelecimento pudesse permitir-se sem autorização do mesmo poder judicial, facto este de que só agora tomo conhecimento. Nestas circunstâncias, sem discutir o que só aos tribunais superiores compete, a legalidade ou ilegalidade de tais providencias judiciais, cumprindo-me auxiliar a acção do poder judicial e nunca contrariar-a, dêem-se instruções ao meu delegado no Distrito do Porto para que auxilie os leaes representantes daquela senhora constantes do documento n.º 4, no cumprimento dos mandatos judiciais existentes, ou sejam os que constam do aludido documento n.º 1 – auto de depósito- em que figura a assinatura do advogado de D. Maria da Cunha ¹²³

Toda a polémica afectou os sentimentos de Maria Adelaide que se viu privada da sua liberdade e, uma vez mais, tutelada por uma figura masculina, pese embora o tutor ser o seu advogado, e, rotulada de “louca lúcida”, um estigma humilhante que lhe “pesou” até ao fim dos seus dias. Segundo Manuela Gonzaga, Alfredo era “apaixonadíssimo pela mulher”, contudo a sua personalidade enquanto homem fora formatada segundo a tradição e a estrutura paternal

verdade é que também era despótico, tratava-a com muita frieza e teve amantes. Isto para uma mulher com a educação e a inteligência dela marcou-a profundamente. [...] dava-lhe pouquíssimo dinheiro, e o dinheiro era dela. Estava

¹²³ Idem, ibidem, p. 8.

que tempos sem lhe falar, porque era um déspota e um machista. Além disso teve quatro amantes ¹²⁴

Finalmente, Maria Adelaide teria de percorrer um longo martírio até alcançar a sua liberdade. Ou seja, em 4 de Abril de 1944 foi “decretado o levantamento da interdição” de Maria Adelaide, que já estava com 74 anos de idade, embora com uma lucidez invejável. Conseguiu recuperar a sua identidade como pessoa e como mulher, bem como o reconhecimento de que o seu caso

[...] não pertencia ao âmbito judicial em que foi enquadrado, mas sim a um mero processo de divorcio e consequente partilha [...] ¹²⁵

Contudo, há pontas soltas que convém clarificar. Segundo as fontes, Manuel Claro “teria ligações ao movimento anarco-sindicalista” e este teria sido o “principal motivo pelo qual Alfredo da Cunha dispensara os seus serviços em 1917”. Nesse período, o Diário de Notícias era “alvo de conturbações trabalhistas” o projecto de venda do jornal era uma solução à qual Maria Adelaide se opunha veementemente e o marido utilizou a fuga da mulher como pretexto para avançar com a venda da empresa. ¹²⁶

Em Novembro de 1942, morreu o Dr. Alfredo da Cunha. Maria Adelaide acabaria por falecer em Novembro de 1954, em paz e ao lado de Manuel Claro que lhe dera “carinho e o respeito”.

Capítulo VII. Rosa Calmon vítima de exclusão social: a subjugação ao poder paternal

Após analisar o caso de Maria Adelaide, temos de examinar o de Rosa Calmon, cujos detalhes apresentam contornos semelhantes, ocorrido em inícios do século XX. Nas duas histórias a imprensa teve um papel decisivo pela visibilidade e influência da opinião pública. Sem ela, talvez o final destes dois casos fosse bem diferente. Rosa Calmon era extremamente religiosa. Segundo as afirmações de Lisa Garnel, o extremo fervor religioso de Rosa Calmon era influência da família Pestana, “conhecida pelo seu reacçãoarismo político e conservadorismo religioso” ao qual o Dr. José Calmon se opunha. Tal como aconteceu com Maria Adelaide, Rosa Calmon, na época com 32 anos de idade, insurgira-se contra o ciclo de vida social, ou seja, passou a descurar a “*toilette*”,

¹²⁴ Manuela Gonzaga, *Maria Adelaide Coelho da Cunha; Doida Não e Não!* Lisboa, Bertrand Editores, 2011, pp.376-377.

¹²⁵ Idem, ibidem, p. 379.

¹²⁶ Idem, ibidem, pp. 394-395.

a recusar passeios e idas ao teatro e decidiu inclusive, abandonar as aulas de piano. Após a sua mudança, “confessa desejar tomar ordens”, uma opção de vida à qual o pai não estava de acordo e que era de todo impensável.

Em Março de 1900, Rosa Calmon decidiu deixar a casa paterna para ingressar nas Doroteias, porém, antes de partir deixaria uma carta endereçada aos pais na qual pedia para que não a procurassem. Temendo o comportamento da filha, o pai passou a vigiar todos os seus movimentos e, perante a fuga consumada, optou por avisar a polícia que a interceptou na estação de Alfarelos na companhia de duas senhoras, sendo que uma delas trajava vestes seculares. De regresso ao Porto, o Dr. José Calmon solicitou ao tribunal da 4.^a Vara Cível uma acção de interdição contra a filha e, que, entretanto, ordenara um exame mental a Rosa Calmon. Foram nomeados como peritos, o Dr. Júlio de Matos, director do Hospital de alienados do Conde de Ferreira, e o Dr. Joaquim Urbano da Costa Ribeiro, subdelegado de saúde no Porto.

A investigadora Maria Rita Garnel refere que no relatório é possível reter a informação de que o psiquiatra Júlio de Matos ter-se-á pronunciado pela “degenerescência psíquica de Rosa votando pela sua interdição”. O segundo perito foi mais cauteloso “reconhecendo a predisposição hereditária para afecções nervosas, conclui, todavia, que não havia perturbação das funções intelectuais”. Sem veredicto unânime, o tribunal nomeia outros peritos: o Dr. Magalhães Lemos, subdirector do Hospital de Conde Ferreira, e os médicos Azevedo Maia, e Lemos Peixoto. Mais uma vez as opiniões divergem, o diagnóstico não é conclusivo, deliberando Magalhães Lemos que Rosa Calmon “não estava na posse das suas faculdades”. Entretanto, o Dr. José Calmon acabaria por desistir da acção por motivos familiares, o que facilitaria o trabalho do tribunal ao não ter de se pronunciar. Contudo, importa recordar que a acção de interdição não fazia sentido, atendendo a que, pela legislação brasileira, Rosa, como cidadã brasileira, e solteira continuava subordinada ao poder paternal, tal como o reconhecia o Código Civil Português no art.27.º, as mesmas directivas das antigas *Ordenações do Reino*.

Segundo Rita Garnel, também não foi possível instaurar um processo contra o Dr. José Calmon por “cárcere privado”, atendendo ao facto de que a filha continuou a frequentar a igreja e a confessar-se, porém vigiada. Contudo, Rosa Calmon não desistiu, e tentou nova fuga em 17 de Fevereiro de 1901, num domingo à saída da missa da Igreja da Trindade, no Porto. Algumas pessoas presentes tentaram ajudá-la a fugir, porém sem sucesso. O Dr. José Calmon e a sua mulher optariam por gritar pedindo socorro e, assim,

impediram a fuga da filha. Nesse mesmo dia, o cônsul brasileiro deslocar-se-ia à esquadra da polícia e ao Governo Civil para formular uma queixa de tentativa de rapto da filha. No seguimento desta ocorrência, diversas pessoas foram ouvidas como testemunhas, entre as quais é de destacar o redactor do jornal *A Palavra*, Frutuoso da Fonseca indicado como um dos auxiliares da fuga de Rosa Calmon. Nesse mesmo dia iniciaram -se manifestações contra e a favor do Dr. José Calmon: pelos relatos da Imprensa da época, é possível verificar essas correntes solidárias, as mesmas que incitavam à rebelião do público na via publica designadamente nas ruas do Porto e de Lisboa.

Todavia, as demonstrações de repúdio contra a “tirania” paterna e os tumultos não ficaram delimitados nessas áreas, pelo contrário, um pouco por todo o país a questão elevou os ânimos da população. Note-se que, nesse período, o Estado e a Igreja estavam de costas voltadas, o poder eclesiástico dominava a sociedade e a política, logo era necessário encontrar uma solução para resolver o problema. Portanto, a história de Rosa Calmon acabaria por inflamar ainda mais as desavenças entre o Estado e a Igreja, à qual não ficariam alheios os adeptos de livre-pensamento, republicanos, socialistas e anarquistas, bem como a academia da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. O grau de violência nas ruas do Porto era de tal ordem que foi necessária a intervenção policial para conter os tumultos,

[...] designadamente os ataques à residência da família Pestana e ao edifício da Associação Católica, ou reprimir as injúrias aos religiosos nas ruas, foi imediatamente entendida como o resultado da aliança do trono com o altar.¹²⁷

As manifestações anticlericais propagaram-se para outras regiões do país, nomeadamente à capital, onde os confrontos eram severos. A abrangência do caso extravasou a esfera do privado e, ao passar do particular para o espaço público, deixou de ser matéria familiar para se tornar uma questão nacional. Mais, o caso Rosa Calmon extravasou fronteiras, o Governo brasileiro acabaria por se ver envolvido nesta polémica e foi obrigado a intervir, exigindo o regresso imediato ao Brasil do Dr. José Calmon e da sua família. Finalmente, em Março de 1901, a família Calmon abandonaria definitivamente Portugal.

A investigadora Rita Garnel salienta que, por detrás do caso Rosa Calmon existiam interesses políticos de afirmação de poder. Ou seja, o confronto à autoridade de pai como membro decisor da família, face à interferência da Igreja nos assuntos privados do lar,

¹²⁷ Maria Rita Garnel, *O Caso Rosa Calmon (1900-1901) Género, Discurso Médico e Opinião Pública in* Zília Osório de Castro e João Esteves, *Falar de Mulheres História e Historiografia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 73.

uma intromissão indesejável porque quebrava a autoridade paternal. A Imprensa agarrou a oportunidade para fazer propaganda em prol do afastamento do clero das questões privadas. Progressistas, republicanos, socialistas e anarquistas não poupavam críticas à Igreja

O perigo e afronta feita a José Calmon, pela insidiosa manipulação da filha feita pelos clericais, [...] Os poderes paternos viam-se ameaçados na sua dimensão mais sacralizada: no ambiente doméstico onde a sua autoridade devia ser inquestionável e as suas ordens acatadas sem discussão.¹²⁸

Maria Rita Garnel esclarece, todavia, que as normas da sociedade da época eram fortemente vinculadas pelas leis masculinas, o poder patriarcal era claro na definição de relações de autoridade e de subjugação feminina.

A sociedade oitocentista, era ao pai que competia tomar todas as decisões; e estas, em casos como este, diziam-se apoiadas nos argumentos da ciência e da razão. Contra as mulheres devotas e obscuras, demasiado sensíveis ao sentimento, tentadas pela paixão, espiadas pela loucura.¹²⁹

A investigadora apresenta o problema sob um outro ponto de vista, isto é, se o sujeito fosse um filho homem, com extrema vocação religiosa à qual a família se opunha será que o escândalo teria tomado as mesmas proporções? O desfecho seria o mesmo do de Rosa Calmon ou, pelo contrário, a família acabaria por aceitar a decisão do filho e dar o facto como caso consumado? Nunca o saberemos, porém é de reflectir sobre a questão

[...] teria a persistência da vontade masculina conduzido a um processo de interdição? E essa persistência teria sido entendida como sinal de um espírito débil, subjugado pela masculina e pérfida vontade de um padre?¹³⁰

É de salientar que no século XIX, os papéis atribuídos a cada género estavam bem definidos, isto é, “a inteligência e a vontade seriam as características dominantes do sexo masculino” e “a sensibilidade, o instinto e uma vontade fraca, facilmente manipulável, seriam os atributos do sexo dito fraco, que deveria ser sujeito a uma vigilância cuidadosa”. Portanto, era imprescindível reafirmar estes princípios patriarcais, demonstrar à opinião pública o legitimar e a posição de poder de pai.

Recordamos que o contacto físico antes do casamento entre o sexo masculino e o feminino estava interdito, havia sempre a supervisão de uma terceira pessoa, elemento da

¹²⁸ Idem, *ibidem*, p. 74.

¹²⁹ Idem, *ibidem*, p. 74.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 74.

total confiança paterna. Esta regra não era apanágio dos membros da elite, o género feminino era vigiado como garantia de “moralidade e correcção, mas também forma de controlo das palavras ditas”. Rita Garnel faz referência, e bem, ao silêncio da mãe de Rosa Calmon em todo o processo “figura silenciosa e silenciada da qual nada se sabe”. Como diria Michelle Perrot “*les femmes ou les silences de l’Histoire*”¹³¹. Certamente, teria uma palavra a dizer sobre a escolha da filha, que sentimentos e que preocupação teria no momento dos acontecimentos; o seu sofrimento é calado, mantém-se uma personagem na sombra. Contudo, nessa época, havia a “interiorização do comportamento, prescrito pelos homens, e pelas próprias mulheres”, em suma, eram “amordaçadas, ou permitiam o prolongamento da mordaça”.

Recordamos o papel da Igreja no caso Rosa Calmon. Tal como anteriormente expusemos, o poder do clero era evidente, nomeadamente o dos Jesuítas, a sua influência na sociedade era forte sobretudo a de padres junto das mulheres. A Igreja, através da confissão, obteve poder que lhe permitiu estabelecer alianças, assim o acto de confissão passou a ser temido e reconhecido como método de controlo dos indivíduos e das famílias; perante a eminente secularização, a Igreja optou por “investir na feminização do catolicismo”:

A dogmatização da Imaculada Conceição (1854) teria sido passo importante na reconquista das almas femininas e o acesso às mulheres através da confissão, aos seus segredos íntimos – logo, à sua sexualidade- forma de controlar a intimidade familiar, as fortunas, o lugar do marido ou do pai e a educação dos filhos. O caso de Rosa Calmon oferecia exemplo extremo dos perigos que as mulheres, vulneráveis na sua inferioridade mental corriam. ¹³²

O que acabamos de expor ajuda a esclarecer a urgência em combater a intromissão da Igreja na sociedade, particularmente nos assuntos e no espaço privado das famílias. As correntes feministas, bem como os “livres- pensadores” defendiam a laicização do Estado, exigiam o fim da intromissão do clero nos lares portugueses. Tratava-se de travar a influência dos padres sobre as mulheres. Devemos considerar um outro factor envolvido no polémico caso Rosa Calmon: a afirmação de poder da Medicina que, na época, sugestionava questões dúbias. Segundo Maria Rita Garnel, o caso de Rosa Calmon serviu para dar “visibilidade de uma luta entre poderes e saberes”, referindo que, ao longo do século XIX a Medicina confrontou-se com sérias resistências sociais e de poder jurídico na credibilização da profissão médica. Também os médicos desejavam afirmar o

¹³¹ Michelle Perrot, *Les Femmes ou Les Silences de l’Histoire*, Paris, Flammarion, 1998

¹³² Maria Rita Garnel, *ibidem*, op cit, p.77.

seu poder, bem como o reconhecimento científico certificado pelo diploma de qualificações. A Medicina pretendia “normalizar” e “normativar” o indivíduo e a sociedade, e aí residiam as grandes dificuldades entre “os dois saberes / poderes”. Primeiramente, é de ter em conta que o sigilo médico a que os profissionais estavam ligados fora quebrado no momento em que o tribunal ordenou um exame mental às arguidas. Um relatório científico que daria origem a ensaios publicados, teses e reflexões de peritos envolvidos. Pois bem, a quebra do sigilo entre o paciente e o médico colocou a classe médica numa situação constrangedora, o que acarretou uma luta entre eles, o poder administrativo e o poder jurídico.

No entender dos médicos um diploma em Medicina era a garantia suficiente e competência para fundamentar qualquer diagnóstico, e a palavra do médico era idónea para comprovar o conhecimento científico. De ressaltar que os médicos estavam obrigados ao sigilo profissional. Todavia, as opiniões divergiam e “o médico continuou a ser obrigado a revelar, em tribunal, matéria que, bem vistas as coisas, quebrava o sigilo”. Estão, deste modo assinalados os poderes instalados por detrás do caso Rosa Calmon: a afirmação e demonstração pública de poder paternal; a influência da Igreja na “feminização do catolicismo”; o poder jurídico e administrativo; e, por fim, o desejo de reconhecimento científico da Medicina. Em suma, a história de Rosa Calmon serviu como pretexto para estratificar o poder que cada instituição reclamava para si. As questões femininas pouco ou nada foram consideradas em toda a matéria. Os direitos e liberdade de Rosa Calmon não foram salvaguardados atendendo a que continuou sob a tutela do pai, não sem antes ter sido “humilhada” e diagnosticada de “louca” em praça pública por aqueles cujo dever era o de defender e proteger a vida e liberdade humana.

Considerações finais

Os casos de estudo expostos nesta Dissertação apresentam diversas semelhanças factuais. Pese, embora, o intervalo de duas décadas, os objectivos fulcrais foram os mesmos- a exclusão social feminina- e, para atingir os seus fins, recorreu-se aos mais famosos alienistas portugueses da época que ditaram a interdição de Maria Adelaide Coelho da Cunha e a de Rosa Calmon. Investigaram o passado e os antepassados das nossas duas protagonistas com o objectivo de encontrar alguma doença mental hereditária, o ponto fulcral para invocar “degenerescência hereditária”, em síntese, “loucura”.

Os dois acontecimentos tiveram uma grande expressão na imprensa, a lei era omissa no enquadramento de casos idênticos. O escândalo foi de tal ordem que tomou proporções além-fronteiras e a sociedade não ficou indiferente.

Duas mulheres que ousaram enfrentar as regras patriarcais, desafiar o seu poder para que a sua voz feminina fosse ouvida e por consequência, reclamar o seu direito de liberdade. É certo que foi necessário alguém abrir a porta, principiar o debate e olhar para estas e outras questões vexatórias para o feminino. Maria Adelaide foi arrojada em determinado ponto da sua vida denunciando práticas discriminatórias e humilhantes que a condicionou na sua condição de sere humano. Rosa Calmon foi vítima das circunstâncias. Tuteladas pela figura masculina, eram forçadas a seguir as normas de uma estrutura patriarcal em que as leis eram feitas à medida da necessidade e do poder do homem. E, tal como frisamos num capítulo anterior, Hannah Arendt cita o filósofo russo Alexander Ivanovitch Herzen para defender que

o desenvolvimento humano é uma espécie de injustiça cronológica, uma vez que os últimos a chegar podem beneficiar do trabalho dos que os antecederam sem terem de pagar o mesmo preço ¹³³

Assim devemos homenagear a bravura de Rosa Calmon e a de Maria Adelaide Coelho da Cunha, pois iniciaram a missão de reivindicar Direitos para as mulheres, a sua “cruzada” permitiu indicar o caminho. Pese embora Rosa Calmon nada tenha reivindicado propriamente dito, porém a sua história contribuiu para alertar as autoridades para rever a lei e política de direitos. É dever de todos acrescentar um pouco mais à contenda desta batalha e desejamos, sinceramente, que futuramente seja possível atingir a Igualdade de Direitos entre os dois sexos. Foi necessário percorrer um caminho tortuoso, e sujeitar-se à perda de liberdade. Finalmente, anos mais tarde, Maria Adelaide conseguiu atingir os seus objectivos, quanto ao final da história de Rosa Calmon, não nos foi possível saber como terminou. Sofreram as consequências dessa luta: Rosa Calmon continuou tutelada pelo pai e Maria Adelaide pelo seu advogado até aos 74 anos idade quando o Tribunal decretou o levantamento da sua interdição. Obteve, então, o reconhecimento de que o seu caso não se enquadrava num quadro de patologia mental, o ponto fulcral centrava-se na questão do divórcio e consequente partilha de bens. Logo, Maria Adelaide esteve desde

¹³³ Hannah Arendt, *Sobre a Violência*, Santa Maria da Feira, Relógio D'Água Editores, 2014, p. 35.

sempre na posse das suas competências mentais, uma lucidez invejável segundo os testemunhos da época.

Um tema polémico que fez correr muita tinta na imprensa nacional, dividiu opiniões e despertou a empatia pela sua história de vida. Maria Adelaide foi uma mulher muito à frente para o seu tempo, soube dizer “não à sociedade da sua época e que de louca não tinha nada”, segundo o pensamento de Monique Rutler. A cineasta franco-portuguesa no início da década de 90, retomou o acontecimento, retractando a história para o ecrã do cinema através de *Solo de Violino*. O filme acabaria por ser divulgado em salas de cinema e festivais internacionais, em Nova Iorque, Cannes, Berlim, Cairo e Florença. Projectar um filme que retracts uma sociedade “que tocava a essência do fascismo” no dizer de Baptista Bastos, mexeu com os sentimentos. Recuperamos a ideia emitida por Teresa Féria, juíza e Presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas

Você prendeu-nos numa história aparentemente simples: uma mulher apaixonou-se por um homem, vai viver com ele e, como é casada, requer o divórcio. Era um direito que lhe assistia e que poderia livremente exercer. [...] E, porém, quantos obstáculos teve que vencer para, de facto, o exercer.

Se a justiça é a alma do Direito e se é em seu nome que se não tolera a sujeição esse exalta a liberdade, em seu nome, também, se ergueu a voz de Adelaide Coelho da Cunha. [...] Por nos lembrar a memória de quem soube lutar e vencer, pela sua «Adelaide Coelho da Cunha» muito obrigada, Monique ¹³⁴

Cumpre-nos salientar que, mesmo passados tantos anos após a morte dos intervenientes, o reavivar deste escândalo nacional fez sair de novo “ódios”, Monique recebeu “ameaças e foi insultada”. Em suma a fuga de Maria Adelaide em 1918 despertou sentimentos de ódio e vingança, e volvidos tantos anos a história ainda mexe com as emoções das pessoas pela negativa, alguns aspectos do passado ainda são demasiado polémicos. Coincidência, ou talvez não, prestes a assinalar o centenário dos acontecimentos decidimos rebuscar a história, recordar mulheres que sofreram, lutaram e foram punidas pelo motivo e desejo de viver a sua vida. E, poder escolher como e com quem partilhar a sua história de vida. O estigma associado à doença mental pode ser uma forma de exclusão social,

¹³⁴ Manuela Gonzaga, Maria Adelaide Coelho da Cunha: Doida Não e Não!, Lisboa, Bertrand Editores, 2011, pp. 389-390.

considerando que o preconceito e o medo marginalizam a pessoa portadora de patologia, pese embora nestes dois exemplos nenhuma deu indícios de doença mental. As pessoas temem o desconhecido, o que não compreendem e a área da psiquiatria ainda é subalternizada. “As pessoas que sofrem de doenças mentais têm sido vítimas das mais variadas formas de discriminação e exclusão social”¹³⁵ salienta o especialista José Miguel Caldas de Almeida. Elaborar este estudo transformou a ideia preconcebida de patologia mental, ajudou-nos a olhar para a doença mental sob uma outra perspectiva e todos somos potenciais alvos. Cada indivíduo é único, com especificidades muito próprias e, como tal, cada um reage de forma diferente a contextos e situações. Parece-nos radical rotular alguém de “louco” pelo simples facto de querer atingir um determinado objectivo, ou como vingança.

É de crer, que por todo o mundo deverão existir outras histórias semelhantes à de Maria Adelaide ou de Rosa Calmon e a quem tenham sido aplicadas a pena e o diagnóstico de “loucura” como medida de exclusão social. Não se enquadrar nos parâmetros de uma sociedade paternal, onde a hipocrisia estabelece as leis e, onde o poder está bem demarcado. As mulheres são por norma alvos fáceis que, desde os tempos mais remotos se tornaram “escravas” do sistema. Terminamos citando a própria Maria Adelaide

Nos hospitais de doidos, tudo são sintomas de loucura: se a gente ri; se agente chora; se estamos tristes ou alegres; se se fala ou se se está calado; quando se anda ou se está parado; se temos fome ou temos fastio; se dormimos ou se não há sono, se não nos insurgimos contra o que nos fazem ou se protestamos contra os enxovalhos e as humilhações; [...] a todo o instante, quem ali entra, por força há-de ser doido; e, se o não é, tratam de o endoidecer à força ¹³⁶

¹³⁵ José Miguel Caldas de Almeida, *A Saúde mental dos portugueses*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018, p 9.

¹³⁶ Manuela Gonzaga, *Ibidem op.cit* , Lisboa, Bertrand Editores, 2011, p. 153.

Bibliografia

Almeida, José Miguel Caldas de

A Saúde mental dos portugueses, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018

Arendt, Hannah

Sobre a Violência, Santa Maria da Feira, Relógio D'Água Editores 2014,

Blanc, Olivier

Marie-Olympe De Gouges une humaniste à la fin du XVIII siècle, Paris, Édition René Viénet 2003

Bonachi , Gabriella e Angela Groppi

O dilema da Cidadania, Direitos e Deveres das Mulheres, São Paulo, UNESP,S.Paulo 1993

Cunha, D. Maria Adelaide Coelho da .

Infelizmente Louca! Lisboa, Tipografia da Empresa Diário de Notícias, 1920

Duhet , Paule-Marie

Les Femmes et la Révolution 1789-1794. Paris, Gallimard / Julliard, 1971

Esteves, João Gomes

A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Uma organização política e feminista (1909-1919), Lisboa, Organização Não Governamental do Concelho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para Direitos das Mulheres, 1991

Felman, Shoshana

Women and Madness : the Critical Phallacy , The Feminist Reader – Essays in Gender And The Politicis Of Literary Cricicism. Edited By Catherine Belsey and Jane Moore (Second Edition), London, Macmillan Press Ltd, 1997, pp- 117-132

Foucault, Michel

Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão, Lisboa, Edições 70, 2013

Foucault, Michel

A Implantação Perversa In Vontade De Saber, História da Sexualidade-I. Lisboa, Relógio D'Água Editores, 1994

Fournier, Martine

Histoires de Pionnières, sous la direction de Martine Fourier, Auxerre Cedex, Édition Sciences Humaines, 2018

Garnel, Maria Rita Lino

Vítimas e Violências na Lisboa da I República, Coimbra, Imprensa Da Universidade de Coimbra, 2007

Gonzaga, Manuela

Maria Adelaide Coelho da Cunha, Doida Não e Não! Lisboa, Bertrand Editores, 2011

Hanne, Olivier

Jeanne d'Arc biographie histótique , France , Éditions Grenadier 2016

Kristeva, Julia

Pouvoir de L'horreur , Essai sur L'abjection, France, éditions du Seuil 1980

Mousset , Sophie

Olympe De Gouges et les Droits de la Femme, Paris, Éditions du félin, 2007

Marques, Viriato Soromenho

Direitos Humanos e Revolução, Lisboa, Edições Colibri, 1991

Silva, Maria Regina Tavares

Feminismo Em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX, Lisboa, Comissão Para A Igualdade E Para Os Direitos Das Mulheres, 1982

Zília Osório de Castro e João Esteves

Falar de Mulheres História e Historiografia, coord, Maria Emília Stone, Ilda Soares de Abreu e António Ferreira de Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2008,

Sítios internet

Maria Augusta Babo, (2006)

Práticas auto-gráficas, uma fenomenologia do traço. Disponível à consulta em,
http://www.cecl.com.pt/workingpapers/files/ed9_praticasautograficas.pdf

e ainda em textos de apoio acessível na plataforma Moodle da fcsh.

<http://elearning.fcsh.unl.pt/ancient/course/view.php?id=1985>